



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DAS POLÍTICAS INDÍGENAS
Rua Benjamin Constant , Nº 856, Primeiro e segundo piso - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69.900-063
- www.sema.ac.gov.br

RELATÓRIO DE ATIVIDADE Nº 3/2022/SEMAPI - CT
Processo nº 0820.013296.00339/2022-86



ACRE
VISÃO DE FUTURO.
GOVERNO DE TODOS.

SECRETARIA DE ESTADO DO
**MEIO AMBIENTE E DAS
POLÍTICAS INDÍGENAS**

RELATÓRIO ANUAL 2022



Elaboração Diretores, equipe técnica e chefes dos departamentos, núcleos e divisões.

Organização e Sistematização

Layza da Silva Migueis

Revisão

Quelyson Souza de Lima

FICHA CATALOGRÁFICA

ACRE. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas – SEMAPI
Relatório de Gestão – 2021. Rio Branco/Acre

ENDEREÇO

Secretaria de Estado de Meio Ambiente
Rua Benjamin Constant, nº 856, Centro,
CEP: 69.900-160 - Rio Branco – Acre – Brasil
Fones: (68) 3224 8786/71 29/3990
E-mail: gabin.sema@gmail.com
Homepage: semapi.acre.gov.br

Governador do Estado do Acre

Gladson de Lima Cameli

Vice-Governador do Estado do Acre

Wherles Fernandes da Rocha

Secretária de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas

Paola Fernanda Daniel

Diretora Administrativa

Maria Marilde Nogueira de Souza

Diretor Executivo e Coordenador Técnico

Quelyson Souza de Lima

Chefe do Departamento de Silvicultura

Ricardo Brasil Corrêa da Cunha

Coordenador do Escritório Técnico do CAR e PRA

Claudio Roberto Cavalcante

Chefe da Divisão de Desenvolvimento Florestal

Adriano Alex Santos e Rosário

Chefe da Divisão de Áreas Naturais Protegidas e Biodiversidade

Mirna Pinheiro Caniso

Chefe da Divisão de Gestão Ambiental e Territorial

Jomara Katrine Vitoriano de Souza

Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Hídricos

Maria Antônia Zabala de Almeida Nobre

Chefe da Divisão de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis

Daniele Castro Bezerra

Chefe do Departamento Técnico de Gestão do Juruá

Cesar Augusto Souza da Silva

Chefe de Comunicação e Difusão

Cássia Oliveira de Lima

APRESENTAÇÃO

O Planejamento Estratégico da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas – Semapi para o período de gestão 2019-2022, vem orientando a implementação das ações anuais desta Secretaria, com base na Leis Complementares nº 355/2018 e nº 387/2021, que dispõe sobre a estrutura administrativa, política e operacional do Poder Executivo. Esta Lei estabelece em seu art. 1º os fundamentos, os princípios, as diretrizes, os objetivos e os instrumentos que orientam a administração pública estadual, bem como a estrutura administrativa, política, operacional e de participação social no âmbito do Poder Executivo, com destaque para a ética, a transparência, a sustentabilidade econômica, social e ambiental do desenvolvimento, a democracia participativa, a universalização de oportunidades e redução das desigualdades, e o respeito aos conhecimentos e direitos de todos. Nos termos do art. 32, inciso XVII da referida lei, compete à Semapi, planejar, coordenar, executar e supervisionar as políticas estaduais de meio ambiente; o incentivo ao agronegócio; os instrumentos de gestão ambiental; o ordenamento territorial local; a política estadual de educação ambiental, recursos hídricos, resíduos sólidos, biodiversidade e acesso aos recursos genéticos; a gestão das unidades de conservação; o uso das florestas, através de manejo florestal sustentável empresarial e comunitário; o manejo não madeireiro; o reflorestamento para fins ambientais ou econômicos; o desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de meio ambiente, floresta, serviços ambientais e do agronegócio; as questões Indígenas; e o incentivo a arborização urbana. A Semapi, enquanto responsável pelo Sistema de Meio Ambiente do Estado, tem como alicerce para o desenvolvimento de suas ações o ordenamento territorial estabelecido no Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, atualmente em sua terceira fase, o Cadastro Ambiental Rural – CAR, o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas – PPCDQ, o Plano Estadual de Gestão de Recursos Hídricos – PLERH, a execução das políticas do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, Políticas Indígenas, apoio as cadeias produtivas da Sociobiodiversidade, dentre outras políticas de suporte à gestão. Considerando que as

transformações ambientais tomaram escalas globais, o papel da Amazônia é fundamental para o equilíbrio ecológico do planeta. Assim, a sociedade acreana tem a responsabilidade de cuidar do seu ambiente e manter os recursos naturais para as gerações futuras dessa região, frente às mudanças ambientais globais, especialmente as influenciadas por atividades humanas. Assim, os desafios da Semapi estão centrados em garantir o aperfeiçoamento das práticas de manejo madeireiro e não madeireiro, o processo de concessão florestal, dentre outras atividades que garantam o fortalecimento dos negócios sustentáveis, especialmente nas florestas públicas, para garantir a melhoria das condições de vida da população rural e ao mesmo tempo contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa, com a redução do desmatamento e queimadas ilegais. Tendo em vista a superação desses desafios, a Instituição seguiu o conjunto de diretrizes anteriormente mencionadas, que nortearam as principais agendas em 2021, com a finalidade de dar suporte ao processo de desenvolvimento sustentável e inclusivo no Acre, com respeito às leis e manutenção dos recursos naturais para as atuais e futuras gerações, contribuindo para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Destaca-se, por fim, que as ações propostas foram pautadas, ainda, no cumprimento de programas e agendas inseridas no âmbito de operações de crédito financiadas, pelo Banco de Desenvolvimento - KFW, Agência Nacional de Águas – ANA, FUNBIO, ASL, GIZ que foram de extrema importância para a obtenção dos resultados das metas dos projetos da Semapi.

Paola Fernanda Daniel

Secretária de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas

Decreto nº 1.816-P de 18 de abril de 2022

1. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

1.1 MISSÃO E VISÃO DE FUTURO

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas do Acre (SEMAPI) tem como missão a formulação de políticas públicas Indígenas e de Meio Ambiente, de forma a contribuir para a ação do Governo do Estado do Acre na área socioambiental, de acordo com as diretrizes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.

1.2 VISÃO DE FUTURO

- Ser uma Secretaria reconhecida pelo desenvolvimento de políticas públicas ambientais e florestais de forma a promover uma Economia Sustentável no estado do Acre;
- Ser inovadora e parceira das causas ambientais e florestais, buscando a excelência nos serviços que presta a sociedade;
- Ser reconhecida pelo exercício de um papel geopolítico para além das fronteiras do Acre; e
- Ser reconhecida como articuladora e conciliadora das políticas ambientais e florestais com as demais áreas da estrutura de governo.

1.3 COMPETÊNCIAS DA SEMAPI

Nos termos do art. 32, inciso XVII, da lei de estrutura administrativa, política e operacional do Poder Executivo compete a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas - SEMAPI:

- a) Planejar, coordenar, executar e supervisionar as políticas estaduais de meio ambiente e o incentivo ao agronegócio;
- b) Planejar, coordenar, executar e desenvolver os instrumentos de gestão ambiental do território estadual, considerando o zoneamento ecológico econômico, o etnozoneamento, ordenamento territorial local, sempre no intuito do desenvolvimento econômico;
- c) Planejar, coordenar e executar a política estadual de educação ambiental, recursos hídricos, resíduos sólidos, biodiversidade e acesso aos recursos genéticos;
- d) Coordenar a gestão de unidades de conservação, de proteção e de uso sustentável, sempre com o objetivo de dar sustentabilidade econômica ao Estado e à sua população;
- e) Planejar, coordenar e executar planos, programas e projetos de incentivo ao uso das florestas através de manejo florestal sustentável ou não, em escala empresarial, pequena escala e ainda ao setor madeireiro e não madeireiro;
- f) Planejar, coordenar e executar planos, programas e projetos de incentivo ao reflorestamento para fins ambientais ou econômicos; desenvolver e articular a cadeia de valor de produtos florestais madeireiros e não madeireiros;
- g) Apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de meio ambiente, floresta, serviços ambientais e do agronegócio;
- h) Produzir e publicar estatísticas, inventários e informações ambientais, florestais e do agronegócio no Estado, com o apoio da SEPLAG;
- i) Ordenar as despesas relacionadas a questões Indígenas; e
- j) Planejar, coordenar e executar planos, programas e projetos de incentivo ao cultivo, plantio, cuidado de árvores e jardins urbanos.

2. ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

Para cumprir com a missão atual, a estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas - SEMAPI assume uma forma mais horizontal, com coordenações de eixos e divisões temáticas, além de setores transversais ligados diretamente ao Gabinete da Secretária. Neste aspecto, a Semapi passou por uma reforma na sua estrutura organizacional, conforme Organograma estabelecido no Decreto 9.757 de 09 de agosto de 2021, que revogou o Decreto nº 3.899, de 29 de agosto de 2019.

A partir da Lei nº 3.595/2019 foi instituído o Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta – CEMAF e o Fundo Estadual de Meio Ambiente e Floresta - FEMAF a ele vinculado.

I – Órgãos Colegiados:

a) Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta - CEMAF.

II – Gabinete do Secretário:

- a) Chefia de Gabinete;
- b) Fundo Estadual de Meio Ambiente e Florestas;
- c) Setorial de Controle Interno;
- d) Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental;
 - 1 - Escritório Técnico de Gestão do Cadastro Ambiental Rural - CAR e Programa de Regularização Ambiental - PRA;
 - 2 - Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto;
 - 3 - Sala de Situação de Monitoramento Hidrometeorológico.
- e) Ouvidoria do SISA;
- f) Coordenadoria de Projetos Especiais;
- g) Coordenadoria Técnica;
- h) Departamento Jurídico;
- i) Assessoria Indígena;
- j) Assessoria de Comunicação e Difusão.

III – Diretoria Administrativa:

- a) Departamento de Planejamento, Orçamento e Gestão:
 - 1. Divisão de Planejamento e Convênios;
 - 2. Divisão de Contratos e Licitações;
 - 3. Divisão de Transporte e Logística;
 - 4. Divisão de Gestão de Pessoas;
 - 5. Divisão de Almoxarifado e Patrimônio;
 - 6. Divisão Administrativa:
 - 6.1. Núcleo de Protocolo;
 - 6.2. Núcleo de Serviços Gerais;
 - 6.3. Núcleo de Arquivos Institucionais.
 - 7. Divisão de Orçamento e Finanças;
 - 8. Divisão de Tecnologia da Informação.

IV - Diretoria Executiva:

- a) Departamento Técnico de Gestão do Juruá;
- b) Departamento de Silvicultura:
 - 1 - Divisão de Viveiros e Floresta;
 - 1.1 - Núcleo de Biofábrica;
 - 1.2 - Núcleo de Apoio ao Programa de Regularização Ambiental.
- c) Departamento de Meio Ambiente e Floresta:
 - 1. Divisão de Áreas Naturais Protegidas e Biodiversidade:
 - 1.1. Núcleo das Unidades de Conservação Estaduais;
 - 1.2. Núcleo de Biodiversidade.
 - 2. Divisão de Desenvolvimento Florestal:
 - 2.1. Núcleo de Manejo Florestal Madeireiro;
 - 2.2. Núcleo de Concessão Florestal;
 - 2.3. Núcleo de Manejo de Produtos Florestais não Madeireiros.
 - 3. Divisão de Gestão Ambiental e Territorial:
 - 3.1. Núcleo Indígena;
 - 3.2. Núcleo de Zoneamento Ecológico e Econômico;
 - 3.3. Núcleo de Desenvolvimento Rural comunitário.
 - 4. Divisão de Gestão de Recursos Hídricos:
 - 4.1. Núcleo de Gestão de Bacias Hidrográficas;
 - 4.2. Núcleo de Monitoramento da Qualidade da Água;
 - 4.3. Núcleo de Monitoramento Hidrometeorológico.
 - 5. Divisão de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis:
 - 5.1. Núcleo de Arborização Urbana;
 - 5.2. Núcleo de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
 - 5.3. Núcleo de Educação Ambiental;
 - 5.4. Núcleo de Qualidade Ambiental.

3. COMPETÊNCIA DAS DIRETORIAS

Diretoria Executiva

- I. Prestar assessoria ao Secretário de Estado para o cumprimento das diretrizes e implementação das ações da área técnica de competência da Secretaria;
- II. Assistir ao Secretário de Estado na coordenação, no monitoramento e na avaliação das atividades dos núcleos, divisões e departamentos integrantes da Secretaria;
- III. Coordenar e orientar a implementação das atividades técnicas da Semapi;
- IV. Promover a cooperação técnica e científica com entidades estaduais, nacionais e internacionais na área de competência da SEMAPI; e
- V. Promover a articulação entre os núcleos, divisões e departamentos da área ambiental, visando à implementação da agenda ambiental e a identificação de mecanismos de articulação específicos das políticas públicas de meio ambiente.

Diretoria Administrativa

- I. Apoiar as Divisões, Departamentos e Núcleos no âmbito das ações previstas no Plano Plurianual.
- II. Coordenar as atividades de pessoal, de compras, de almoxarifado, de patrimônio, de Transporte, Informática e Serviços Gerais;
- III. Coordenar, orientar e executar as atividades financeiras, desde a previsão orçamentária até a execução;
- IV. Promover o controle financeiro das receitas e despesas da Semapi nas atividades referentes ao pagamento, recebimento, controle, movimentação e disponibilidade financeira;
- V. Coordenar o envio do controle financeiro de estoque, o inventário de Material de Consumo e inventário de Bens Patrimoniais;
- VI. Subsidiar a Secretaria de Fazenda na elaboração do Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial da Semapi;
- VII. Elaborar as Prestações de Contas do órgão, de acordo com as normas e prazos estabelecidos no Decreto de encerramento de Exercício e Resolução TCE Nº. 062, de 18 de julho de 2008;
- VIII. Prestar informações atualizadas sobre orçamento e finanças, de forma a atender as demandas internas e externas da Semapi;
- IX. Elaborar a previsão da necessidade anual com materiais e insumos e permanente para exercício seguinte; e
- X. Executar outras atividades correlatas a sua área de atuação.

4. ORGÃOS COLEGIADOS

Em 20 de dezembro de 2019, a Lei nº 3.595/2019, fundiu o Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – Cemact (criado pela Lei nº 1.022/92), ao Conselho Florestal Estadual - CFE (criado pela Lei nº. 1.426/2001), sob a nova nomenclatura de Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta – Cemaf. Com a nova lei, todas as remissões existentes na legislação estadual ao Cemact e ao CFE são interpretadas doravante como remissões ao Cemaf, bem como todas as remissões existentes na legislação estadual ao Sistema Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - Sismact devem ser interpretadas doravante como remissões ao Sistema Estadual de Meio Ambiente e Floresta - Sismaf.

O Cemaf é o órgão colegiado deliberativo e normativo, que integra o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Floresta - Sismaf, na condição de Órgão Superior. É presidido e secretariado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas - Semapi e seus membros são nomeados por ato do Poder Executivo, ao qual compete indicar os órgãos e entidades representativos do Estado.

A estrutura interna, o funcionamento, as reuniões, as deliberações e demais aspectos do CEMAF são estabelecidas em seu regimento interno, por meio do Decreto 8.920/2021.

4.1 COMPETÊNCIA DO CEMAF

- I - Formular, aprovar, supervisionar e avaliar políticas nas áreas de meio ambiente, estabelecendo as diretrizes, normas e medidas necessárias ao desenvolvimento sustentável do Estado;
- II - Aprovar, mediante proposta do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, critérios para o licenciamento de atividades, real ou potencialmente causadoras de impacto ambiental, já instaladas, em operação ou que venham a ser instaladas, assim como as penalidades administrativas;
- III - Fixar os limites máximos permitidos para cada parâmetro dos efluentes domésticos e de indústrias, já instaladas ou que venham a ser instaladas no Estado, bem como a capacidade suportável pelo receptor no seu nível mínimo de vazão; IV Estabelecer normas gerais relativas à criação de Unidades de Conservação e Preservação Ambiental, bem como as atividades que venham a ser desenvolvidas em suas áreas circundantes;
- V - Estabelecer critérios para a declaração de áreas críticas, degradadas ou em vias de degradação, bem como para o seu uso, proteção e recuperação, conforme o caso;
- VI - Determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos sobre problemas específicos relacionados com o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, solicitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como às entidades privadas, as informações disponíveis à apreciação desses estudos;
- VII - Determinar, mediante representação do IMAC, quando se tratar especificamente de matérias relativas ao meio ambiente, a perda ou restrição de benefícios concedidos pelo poder público estadual, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;
- VIII - analisar e opinar sobre a concessão de recursos públicos ou subvenções, para programas de pesquisa e formação de recursos humanos para o meio ambiente a entidades públicas e privadas;
- IX - aprovar e revisar periodicamente a política florestal e extrativista estadual;
- X - aprovar e revisar, periodicamente, o plano de desenvolvimento florestal do Estado;
- XI - aprovar estratégias florestais;
- XII - aprovar a tabela de taxas e tarifas florestais;
- XIII - fiscalizar a aplicação de recursos do Fundo Estadual de Meio Ambiente e Florestas - FEMAF; e XIV - propor alterações em seu regimento interno.

4.2 COMPASIÇÃO E ESTRUTURA DO CEMAF

O Cemaf é composto pelo Plenário, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalhos e Secretaria Executiva. É presidido e secretariado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas - Semapi e seus membros são nomeados por ato do Poder Executivo, ao qual compete indicar os órgãos e entidades representativos do Estado.

O Conselho é composto por vinte e dois membros, com paridade de representação entre o poder público e a sociedade civil, observada a seguinte proporção: I - sete representantes de órgãos ou entidades do Estado, dentre os quais a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas - Semapi; II - três representantes de órgãos ou entidades da União; III - um representante de órgãos ou entidades dos municípios; IV - seis representantes de entidades do setor produtivo da área de agricultura, indústria ou comércio, sendo obrigatoriamente três das entidades representativas dos trabalhadores e três das entidades patronais; V - três representantes de entidades não governamentais da área ambiental ou social; e VI - dois representantes das comunidades indígenas, ribeirinhas e outras populações tradicionais.

Havendo, em cada categoria de representação, mais de um órgão ou entidade interessado em compor o Cemaf, a escolha é feita por sorteio em sessão pública promovida pela Semapi. Durante o exercício de 2020, a Secretaria de estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas - Semapi, realizou a abertura do Edital Sema nº 02/2020 para o processo de seleção dos órgãos ou entidades para compor o Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta - Cemaf; da Portaria Sema nº 192, de 21 de setembro de 2020, que instituiu a Comissão do Processo de Seleção de entidades para composição do Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta – Cemaf; e o Governo do Estado do Acre, por meio do Decreto nº 7.525, de 17 de dezembro de 2020, publicado no D.O.E nº 12.945, nomeou as instituições que integram o Plenário do Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta - Cemaf:

I - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas - Semapi;
 II - Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC;
 III - Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio - SEPA;
 IV - Instituto de Mudanças Climáticas - IMC;
 V - Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC;
 VI - Instituto de Terras do Acre - ITERACRE;
 VII - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SEICT;
 VIII - Instituto Brasil. do Meio Ambiente e dos Rec. Nat. Renováveis - IBAMA;
 IX - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;
 X - Universidade Federal do Acre - UFAC;
 XI - Associação dos Municípios do Acre - AMAC;
 XII - Federação da Agricultura do Estado do Acre - FETACRE;
 XIII - Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários/COOPERFLORESTA;
 XIV - Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS;
 XV - Federação das Indústrias do Estado do Acre - FIEAC;
 XVI - Federação da Agricultura do Estado do Acre - FAEAC;
 XVII - Federação do Comércio do Estado do Acre - FECOMÉRCIO;
 XVIII - SOS Amazônia;
 XIX - Rede Acreana de Mulheres e Homens - RAMH;
 XX - Earth Innovation Institute - EII- (Instituto de Inovação da Terra);
 XXI - Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
 XXII - Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI.

As Câmaras Técnicas do Cemaf são constituídas por membros do Plenário ou indicados e submetidos à aprovação dos Conselheiros. A Secretaria Executiva do conselho, funciona como órgão auxiliar da Presidência, do Plenário e das Câmaras Técnicas e deve fornecer suporte e assessoramento à presidência, ao plenário e às câmaras técnicas e aos Grupos de Trabalho.

As cinco Câmaras Técnicas do Cemaf são: Câmara Técnica de Meio Ambiente; Câmara Técnica dos Recursos Hídricos; Câmara Técnica de Gestão de Unidades de Conservação; Câmara Técnica da Indústria, Serviços e Produtos Florestais; e Câmara Técnica de Manejo Comunitário e Empresarial de Recursos Florestais Madeireiro e Não Madeireiros.

4.2 REUNIÕES DO CEMAF 2022

No ano de 2022 foram realizadas três reuniões ordinárias do CEMAF e duas reuniões extraordinárias; duas reuniões da Câmara Técnica as Indústria, Serviços e Produtos Florestais.

1ª Reunião Ordinária do CEMAF – 24/03/2022

- **Pauta 1:** Processo Administrativo Semapi nº 0820.009796.00003/2021- Posse dos Conselheiros das Câmaras Técnicas do Cemaf;
- **Pauta 2:** Processo Administrativo Semapi nº 0820.013305.00087/2022- Análise, aprovação dos Formulários de Autoavaliação e Autodeclaração 2021 e apreciação da aplicação dos recursos do Progestão/2021, conforme estabelecido pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA.

Resultados

- **Pauta 1:** Conselheiros empossados nas Câmaras Técnicas do Cemaf, membros, titular/suplente das cinco Câmaras Técnicas, conforme Portarias publicadas no Diário Oficial: 1. Câmara Técnica de Gestão de Unidades de Conservação; 2. Câmara Técnica de Indústria, Serviços e Produtos Florestais; 3. Câmara Técnica de Manejo Comunitário e Empresarial de Recursos Florestais Madeireiros e Não Madeireiros; 4. Câmara Técnica de Meio Ambiente e 5. Câmara Técnica de Recursos Hídricos;
- **Pauta 2:** Aprovada sem manifestação.

Encaminhamentos

Reenviar à FECOMÉRCIO e SEPA os documentos pertinentes à inscrição nas Câmaras Técnicas, os quais formalizarão a Secretaria Executiva do Cemaf as Câmaras Técnicas de interesse a participarem do assento.

2ª Reunião Ordinária do CEMAF – 18/08/2022

- **Pauta 1:** Processo Administrativo SEMAPI nº 0820.009796.00003/2021-15: Inclusão nas Câmaras Técnicas do CEMAF, da SEPA na Câmara Técnica de Recursos Hídricos e Gestão de Unidades de Conservação; Fecomércio na Câmara Técnica de Gestão de Unidades de Conservação e Ibama em todas as Câmaras Técnicas do CEMAF;
- **Pauta 2:** Processo Administrativo SEMAPI nº 0820.009796.00027/2022-55: Análise e aprovação da minuta de Resolução CEMAF que define os procedimentos técnicos e administrativos referentes ao licenciamento ambiental de atividades potencialmente causadoras ou mitigadoras de impacto ambiental, no Estado do Acre, em que haja o uso alternativo do solo em para atividade agropecuária, plantio agrícola e criações pecuárias (bovinos e bubalinos) para fins comerciais;
- **Pauta 3:** Processo Administrativo SEMAPI nº 0820.009813.00053/2022-37: Análise e aprovação da minuta de Resolução CEMAF sobre o licenciamento ambiental de aterros sanitários de pequeno porte (simplificados).

Resultados

- **Pauta 1:** Aprovada por unanimidade a inclusão SEPA na Câmara Técnica de Recursos Hídricos e Gestão de Unidades de Conservação; Fecomércio na Câmara Técnica de Gestão de Unidades de Conservação e Ibama em todas as Câmaras Técnicas do CEMAF;
- **Pauta 2:** Aprovada com duas abstenções (SOS Amazônia e Ibama), a minuta de Resolução CEMAF que define os procedimentos técnicos e administrativos referentes ao licenciamento ambiental de atividades potencialmente causadoras ou mitigadoras de impacto ambiental, no Estado do Acre, em que haja o uso alternativo do solo em para atividade agropecuária, plantio agrícola e criações pecuárias (bovinos e bubalinos) para fins comerciais;

- ♦ **Pauta 3:** Por deliberação da plenária a pauta foi adiada.

Encaminhamentos

Verificação por parte do IMAC nas resoluções e portarias referentes ao licenciamento ambiental de atividades potencialmente causadoras ou mitigadoras de impacto ambiental, no Estado do Acre.

Prorrogação da portaria do Grupo de Trabalho Técnico (GTT) instituído para elaboração da minuta de resolução CEMAF, que define os procedimentos técnicos e administrativos referentes ao licenciamento ambiental de atividades potencialmente causadoras ou mitigadoras de impacto ambiental, no Estado do Acre, em que haja o uso alternativo do solo em para atividade agropecuária, plantio agrícola e criações pecuárias (bovinos e bubalinos) para fins comerciais.

Inserir as pautas solicitadas pela SOS Amazônia nas próximas reuniões do CEMAF.

1ª Reunião Extraordinária do CEMAF – 19/10/2022

- ♦ **Pauta:** Processo Administrativo SEMAPI nº 0820.009813.00053/2022-37: Análise e aprovação da minuta de Resolução CEMAF sobre o licenciamento ambiental de aterros sanitários de pequeno porte (simplificados).

Resultados

Pauta aprovada por unanimidade, com a ressalva de que o texto final da minuta de resolução seja submetido à análise dos Conselheiros antes da publicação no Diário Oficial do Estado.

Encaminhamentos

Encaminhar a resolução aprovada para realização de revisão ortográfica e gramatical e após, enviar para formatação jurídica, em seguida, enviar aos Conselheiros para não objeção, antes da publicação no Diário Oficial do Estado.

Realizar a próxima reunião do CEMAF no dia 6 de dezembro para prestação de contas do Fundo Estadual de Meio Ambiente e Floresta (FEMAF).

Inserir as pautas propostas pela SOS Amazônia na reunião do CEMAF que acontecerá no mês de dezembro.

Inserir na pauta da próxima reunião, as proposições enviadas pelos conselheiros.

Arthur Leite (MPAC) poderá fazer uma apresentação ao Conselho sobre o trabalho referente aos lixões dos municípios do Acre.

Inserir na ata e memória da 2ª Reunião Ordinária do CEMAF, realizada dia 18 de agosto de 2022, os nomes de membros do Conselho que se manifestaram durante a mesma. E submetê-las à aprovação na próxima reunião do Conselho.

Enviar aos conselheiros (por e-mail) documento resumido, contendo as regras de utilização do FEMAF e quem pode utilizar.

2ª Reunião Extraordinária do CEMAF – 31/10/2022

- ♦ **Pauta:** Processo Administrativo SEMAPI nº 4022.005079.00049/2022-16: alteração do texto da Resolução CEMAF nº 02/2022, que define os procedimentos técnicos e administrativos referentes ao licenciamento ambiental de atividades potencialmente causadoras ou mitigadoras de impacto ambiental, no Estado do Acre, em que haja o uso alternativo do solo com atividade agropecuária, plantio agrícola e criações pecuárias (bovinos e bubalinos) para fins comerciais.

Resultados

Pauta aprovada por unanimidade.

Encaminhamentos

Reenviar a todos conselheiros (as), através de e-mail, a nova versão da Resolução, antes da publicação no Diário Oficial.

Enviar sugestões de pautas já existentes para Reunião Ordinária no mês de dezembro de 2022 a todos conselheiros, os quais poderão contribuir com outras pautas.

3ª Reunião Ordinária do CEMAF – 19/12/2022.

- ♦ **Pauta:** Processo nº 0820.010852.00013/2022-62: **Apresentação da Prestação de contas do FEMAF exercício 2022 e do Plano Anual de Investimentos (PAI) para 2023.**

Resultados

Pauta aprovada por unanimidade.

1ª Reunião da Câmara Técnica da Indústria, Serviços e Produtos Florestais – CTISPF – 30/08/2022

- ♦ **Pauta:** Processo Administrativo SEMAPI nº 0820.009813.00062/2021-47 - Análise da minuta de Resolução do CEMAF, concernente à Reposição Florestal.

Deliberações

Por deliberação da Câmara a continuação da pauta foi marcada para o dia 31 de agosto de 2022 às 8h30 horas, na SEMAPI.

Encaminhamentos

Enviar a minuta da resolução à PGE/AC, após a conclusão dos trabalhos da Câmara Técnica da Indústria, Serviços e Produtos Florestais - CTISPF.

Enviar para todos os membros da CTISPF a minuta da resolução CEMAF com as alterações realizadas na reunião de hoje e comunicar aos membros da CTISPF a deliberação sobre a reunião de continuação da pauta, marcada para o dia 31 de agosto de 2022, às 8h30, na SEMAPI.

2ª Reunião da Câmara Técnica da Indústria, Serviços e Produtos Florestais – CTISPF – 31/08/2022

- **Pauta:** Processo Administrativo SEMAPI nº 0820.009813.00062/2021-47 - Análise da minuta de Resolução do CEMAF, concernente à Reposição Florestal.

Deliberações

Após revisão do texto da Resolução do CEMAF, referente à Reposição Florestal, a Secretaria Executiva do CEMAF deverá convocar a 3ª Reunião da CTISPF.

Encaminhamentos

Enviar uma minuta de Regimento Interno aos membros da CTISPF para ser trabalhada pela Câmara.

Resoluções Aprovadas em 2022

- **Resolução CEMAF nº 1/2022:** Aprova os formulários de Autoavaliação, autodeclaração e aplicação dos recursos do Progestão - 2º Ciclo /2021.
- **Resolução CEMAF nº 2/2022:** Define os procedimentos técnicos e administrativos referentes ao licenciamento ambiental de atividades potencialmente causadoras ou mitigadoras de impacto ambiental, no Estado do Acre, em que haja o uso alternativo do solo para atividade agropecuária, plantio agrícola e criações pecuárias (bovinos e bubalinos) para fins comerciais
- **Resolução CEMAF nº 3/2022:** Estabelece os critérios de procedimentos de licenciamento para a implantação de Aterros Sanitários de pequeno porte em valas de trincheira com geomembrana em PEAD, visando a proteção e a conservação do solo e das águas.

5. DIRETORIA EXECUTIVA5.1 Divisão de Áreas Naturais Protegidas e Biodiversidade (DAPBio)

A Divisão de Áreas Naturais Protegidas e Biodiversidade é o setor da Semapi responsável pela gestão de 09 unidade de conservação do Estado do Acre, sendo 08 de uso sustentável: APA Lago do Amapá, APA Igarapé São Francisco, ARIE Japiim Pentecoste, Floresta Estadual Antimary, Floresta Estadual Liberdade, Floresta Estadual do Mogno, Floresta Estadual Rio Gregório, Floresta Estadual Afluente e 01 de proteção integral: Parque Estadual Chandless.

Estas unidades de conservação estão distribuídas ao longo de diferentes municípios do Estado do Acre e exercem funções ecossistêmicas importantes de proteção de recursos hídricos, da biodiversidade associada a esses ecossistemas e ainda do modo de vida de populações tradicionais, incluindo o fomento a apoio à geração de trabalho e renda, a partir do uso sustentável dos recursos naturais (cadeias da sociobiodiversidade).

O principal arcabouço jurídico que rege a implementação das unidades de conservação é a Lei Estadual Nº 3.883, de 17 de dezembro de 2021 publicada no Diário Oficial do Estado do Acre (DOE) Nº 13.191, de 23/12/2021, que institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Estado do Acre - SEANP, apresentando seus princípios, instrumentos, mecanismos de formulação, execução, monitoramento e avaliação.

Além da gestão de unidades de conservação, a divisão Dapbio é responsável pela articulação interinstitucional, formulação e acompanhamento das políticas estaduais de biodiversidade.

As ações são monitoradas pelos órgãos de controle externo, dentre eles, cita-se o Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE) que monitora o Plano Operacional Anual das unidades de conservação e o Ministério Público do Estado do Acre (MPAC).

Atualmente, a implementação das ações é apoiada a partir de recursos financeiros do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL-Brasil), REM/KFW e recursos próprios

Projeto 1. Gestão das Unidades de Conservação Estaduais

Este projeto visa fazer a gestão das Unidades de conservação estaduais com a implementação das atividades inseridas no Programa de Gestão elencados nos seus Planos gestores. Para 2022 foi previsto a gestão direta das nove UCs do estado: APA Lago do Amapá, APA Igarapé São Francisco, Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Japiim Pentecoste, Floresta Estadual Antimary, Afluente, Rio Gregório, Mogno e Riozinho do Liberdade) e o Parque Estadual Chandless.

Meta

- 10 missões integradas de Comando e Controle para fiscalização nas UCs estaduais;
- Formação e capacitação de 20 brigadistas na unidades;
- Acompanhar o desenvolvimento das Pesquisas científicas nas Unidades de conservação do estado.
- 4 missões de manutenção de infraestrutura das unidades

Ações**Área de Proteção Ambiental do Igarapé São Francisco**

- Instalação de 06 placas de sinalização;
- Curso de formação para ampliação da brigada voluntária de combate a incêndios florestais, no período de 16 a 20 de maio, com a entrega de EPIs e equipamentos de combate a incêndios florestais.
- A brigada composta por 05 integrantes é apoiada com ajuda de custo mensal no período crítico do verão (meses de agosto a outubro) e combustível para deslocamento dos veículos (motocicletas) dos brigadistas.
- Apoio (passagens aéreas e diárias) na participação de 02 brigadistas no Encontro Nacional de Brigadistas Florestais Voluntários(as) com o objetivo de fortalecer a atuação e o apoio à categoria, que ocorreu em Belo Horizonte na UFMG, nos dias 03, 04 e 05 de novembro de 2022.
- Consultoria para o Plano de Uso da unidade;
- Encontra-se em fase de contratação, empresa para elaboração do Plano de Gestão da unidade, por meio do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL), com previsão de início das atividades de campo no mês de janeiro de 2023

Área de Proteção Ambiental do Lago do AmapáAções

- Capacitação de 30 brigadistas;
- 3 ações de Comando e Controle de incêndios;
- 5 Visita técnica/ palestra para estudantes;

Área de Relevante Interesse Ecológico Japiim PentecosteAções

- 3 Ações de Comando e Controle;
- Realização de 2 palestras para apresentação da unidade e sua função;
- 2 ações de educação ambiental, com coleta de lixo no interior da unidade;
- Apóia a 2 projetos de pesquisa com alunos da Universidade Federal do Acre - UFAC;
- Formação de 9 brigadistas;
- Apoio a elaboração do Plano de Uso da unidade.

Floresta Estadual do AntimaryAções

- 1 ação de fomento a pesquisa com INPA, para coleta entomológica;
- 4 ações de Comando e Controle;
- 1 ação de Saúde Itinerante;
- Manutenção de 32 km de ramais no interior da unidade;
- Vistoria de instalação de rede elétrica no interior da unidade;
- Ciência para o Licenciamento Ambiental em 7 processos administrativos, oriundos do IMAC.

Floresta Estadual do AfluyenteAções

- 4 ações de Comando e Controle;
- 1 ação de Educação Ambiental com equipe da Secretária Municipal de Educação de Feijó;

Parque Estadual do ChandllesAções

- Realização do levantamento patrimonial - ARPA;
- 3 ações de Comando e Controle;
- 1 ação do monitoramento da biodiversidade;
- Visita técnica com equipe da FUNASA, com intuito de instalação de uma Unidade de Tratamento de Água na sede.

Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório - CFERG

- GT para acompanhamento de aplicação da lei 3532/2019 (ICMS Ecológico);
- Impressão de 50 exemplares da revista comemorativa de 20 anos SEANP (Psam);
- Emissão de anuência para equipe de filmagens da rede BBC responsável pela filmagem do Programa Planeta Terra, que está produzindo um documentário sobre os incêndios florestais e a ameaça ao hábitat da preguiça, aliado ao trabalho dos brigadistas voluntários nas unidades de conservação estadual (APA Lago do Amapá, APA Igarapé São Francisco, ARIE Japiim Pentecoste e CGERG);
- Anuência linha de transmissão (IBAMA);
- Ciência do processo de desapropriação – aquisição da propriedade e posse de área de terra medindo 9.203,0972 hectares, da Fazenda São Vicente, localizada na BR-364, à margem direita do Rio Gregório, que será incorporada como parte do Complexo de Florestas do Rio Gregório (CFERG);

08 a 13/08/2022 – Missão Integrada de Comando e Controle no CFERG (Lino Júnior e Paulo Peixoto);

12 a 17/09/2022 - Missão Integrada de Comando e Controle no CFERG (Manoel Pereira de Lima e Raco Tanomaru Júnior);

08 a 15/10/2022 - Missão Integrada de Comando e Controle no CFERG (Adriano Alex Santos e Rosário e Mirna Pinheiro Caniso);

- Entrega de Notificação Extra Judicial ao Sr. Manoel Francisco de Assis para desocupação do Galpão localizado às margens do Rio Gregório, município de Tarauacá e solicitação à SEINFRA de demolição do mesmo, considerando sua interdição pela Defesa Civil – Corpo de Bombeiros;
- **20 a 27/11/2022.** Missão Integrada de Comando e Controle no CFERG (Adriano Alex Santos e Rosário, Raco Tanomaru Júnior e Gilmar da Silva Silveira);
- Emissão de análise visando a autorização para realização de coletas e pesquisa de campo em nível de pós-graduação dos pesquisadores Jesus Rodrigues, Alexander Mônico e Bryan Martins, na área de bioacústica de anfíbios anuros, para descrição de novas espécies deste grupo, no Estado do Acre.

Núcleo de Biodiversidade

Considerando que a gestão de recursos de fauna nativa ex situ deve ser realizada pelos estados em cumprimento à LC 140/2011, houve reuniões online do GT FAUNA (ABEMA), bem como da análise e manifestações quanto aos documentos à serem encaminhados ao CONAMA e órgãos de interesse (Congresso Nacional, IBAMA, ICMBIO), o qual é um Grupo de Trabalho criado no âmbito da Abema para tratar das demandas dos Estados junto ao MMA e IBAMA.

Representação ABNT – no âmbito das discussões referentes à gestão de recursos biológicos para fins de exportação e conservação da biodiversidade. A Semapi dispôs de representantes em duas comissões tratando da temática de biodiversidade, são elas ABNT/CEE-103 Manejo Florestal e ABNT/CEE-331 Biodiversidade. Onde a primeira tem discutido inserção de órgãos como FSC no grupo temático e suas propostas e o segundo vem discutindo propostas de ISO a serem requisitadas aos países integrantes do sistema.

Elaboração do Acordo de Cooperação Técnica de supletividade da gestão de fauna IBAMA/IMAC/SEMAPI, no âmbito do grupo de trabalho Portaria 299/2021. Foram realizadas várias reuniões para conclusão de documentos e encaminhamento à sede do IBAMA de minuta do acordo de cooperação técnica, disponível no SEI nº 0820.008309.00193/2022-33.

Elaboração de legislação de pesca interinstitucional (SEMA, IMAC, IDAF, MAPA, IBAMA), no âmbito do grupo de trabalho (Portaria 185/2021).

Encaminhamento como grupo interinstitucional, conforme processo 0820.006046.00014/2022-34, e tratativas em busca de acordo de cooperação entre SEDAM/SEMAPI, por intermédio do MAPA, visando ações de gestão da pesca no alagada de Rondônia, na divisa com o Acre.

Participação como ponto focal do sistema de análise e monitoramento de gestão – SAMGE, que visa avaliar o cumprimento da política pública relacionada à conservação da biodiversidade, por meio das Unidades de Conservação. Buscando um diagnóstico tático, suportado por um conjunto de dados consolidados que permitem a construção dos indicadores de efetividade.

Representação ICMS ecológico

Considerado como uma das estratégias de pagamentos por serviços ambientais, de modo a valorizar a conservação por meio da abrangência de áreas protegidas nos municípios, o ICMS ecológico foi revisado na Lei 3532/2019, de modo a regularizar a destinação dos recursos, para tanto foi estabelecida a Portaria SEMAPI 225/2022 para a criação de grupo de trabalho institucional que acompanhe o cadastro estadual de unidade de conservação ambiental, conforme previsto na lei.

Representação OTCA

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) está organizando a Avaliação Rápida de Diversidade Biológica e Serviços Ecossistêmicos na Região Amazônica, a qual é uma demonstração do empenho da OTCA na procura e promoção de um modelo alternativo de desenvolvimento que preserve a floresta em pé, conservando a biodiversidade e, ao mesmo tempo, gerando oportunidades socioeconômicas e de desenvolvimento para seus habitantes, neste sentido a participação da representante do núcleo de biodiversidade da SEMAPI torna a secretaria um ator nas discussões atuais sobre o tema.

Um exemplo da importância do documento, é sua apresentação na 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 15) em Montreal. Tal documento está disponível para contribuição pública no link <http://otca.org/pt/convite-para-comentarios-resumo-da-avaliacao-rapida-sobre-biodiversidade/>

Apoio aos Planos de Ação Nacionais (PAN) para a conservação de espécies

Com o objetivo de incluir as ações dos PANs (Planos de Ação Nacional) na rotina operacional dos órgãos estaduais, foi requisitado à esta Secretaria a indicação de ponto focal, no sentido de publicizar os serviços e atividade já realizados pela instituição, com vistas a ampliar a efetividade destas iniciativas para a conservação da fauna silvestre.

Fomentar as pesquisas científicas em unidades de conservação estaduais

Como regulamentado pela Instrução Normativa da SEMAPI Nº 1, de 19/08/2021, que regulamenta a pesquisa científica nas Unidades de Conservação Estaduais, foram avaliadas documentações encaminhadas para autorização de atividades de pesquisa nas UCs estaduais, bem como o acompanhamento da conclusão dos trabalhos

Considerando o termo de cooperação técnica nº 01/2020 celebrado entre esta Secretaria e a associação S.O.S. QUELÔNIOS – TRACAJÁS E IAÇÁS e a necessidade de apoio técnico ao projeto. Foram realizadas atividades de orientação à equipe de campo do projeto, bem como fornecimento de material instrutivo e diagnóstico junto aos moradores da área de influência sobre seu interesse e impressões quanto a importância do projeto.

Resultados das Unidades

Parceiras

PMAC/BPA; CBMAC; CIOPAER; CI Brasil; IFAC; UFAC; Escola Ruy Azevedo; Prefeituras de Mâncio Lima/Feijó/Bujari; SEPLAG; IMAC; INPA e SESACRE

Participação em Eventos

Servidor	Evento	Modalidade	Local/Data
Marilene Brazil	5º Encontro Anual do Fórum do SNUC	Virtual	Rio Branco, 18 a 20 de maio de 2022
Mirna Caniso	5º Encontro Anual do Fórum do SNUC	Virtual	Rio Branco, 18 a 20 de maio de 2022
Marilene Brazil	Apresentação de defesa de dissertação de Letícia Fernandes	Presencial	Rio Branco, 12 de maio de 2022
Mirna Caniso	Participação na COP27	Presencial	Egito, Sharm el Sheik, 05 a 20 de novembro de 2022
Quelyson Souza de Lima	Participação na COP27	Presencial	Egito, Sharm el Sheik, 05 a 20 de novembro de 2022
Marilene Brazil	Banca de Doutorado Potencial zoonótico das pacaranas de Elaine Oliveira	Presencial	Rio Branco, 12 de dezembro de 2022
Mirna Caniso	Participação na banca de apresentação de TCC em Engenharia Florestal “Análise Espacial da Fragmentação Florestal na Microbacia Hidrográfica do Igarapé São Francisco, em Rio Branco e Bujari, Acre. Discente: Rodrigo Rumménige Ribeiro de Araújo	Presencial	Rio Branco, 05 de outubro de 2022
Marilene Brazil	Reuniões online do GT FAUNA (ABEMA)	Virtual	Rio Branco, 22 de agosto de 2022
3 brigadistas	Participação de Brigadista no I Encontro Nacional de Brigadistas Voluntários	Presencial	Belo Horizonte, Minas Gerais/ 03 a 05 de novembro de 2022

Capacitações recebidas

Servidor	Capacitação	Instituição Promotora	Local/Data

Flávia Dinah Rodrigues de Souza	Disciplina R	Jardim Botânico RJ	Rio de Janeiro, 05 a 10 de outubro 2022
Marilene Brazil	Curso de Introdução aos Serviços Ecossistêmicos,	Tribunal de Contas do Estado do Acre e UFSCAR e UNB	Rio Branco, 21 de outubro a 12 de novembro
Mirna Caniso	Treinamento CEREBRO -ARPA	FUNBIO	Manaus, 12 a 14 de dezembro de 2022
Quelyson Souza de Lima	Treinamento CEREBRO -ARPA	FUNBIO	Manaus, 12 a 14 de dezembro de 2022

5.2 Divisão de Desenvolvimento Florestal (DDF)

A Divisão de Desenvolvimento Florestal contribui para a definição de diretrizes e implementação das ações de manejo florestal sustentável, manejo florestal madeireiro e não madeireiro e da concessão florestal, com cooperação mútua na área técnica, social e científica com entidades nacionais, estaduais, municipais e internacionais da área florestal.

São atribuições da Divisão: coordenar, planejar e executar atividades de políticas públicas voltadas para a produção nas florestas públicas, para o uso sustentável dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros, buscando o crescimento e consolidação das cadeias produtivas florestais, resultando em desenvolvimento econômico e social, com respeito aos mecanismos de suporte ambiental.

A Divisão de Desenvolvimento Florestal é constituída pelo Núcleo de Manejo Florestal Madeireiros, Núcleo de Concessão Florestal e o Núcleo de Manejo de Produtos Florestais não Madeireiros.

- Núcleo de Manejo Florestal Madeireiros: tem por atribuição desenvolver ações ligadas ao fomento das cadeias de valor de produtos florestais madeireiros, como o manejo florestal comunitário e produção de artefatos de madeira em UC, Projeto de Assentamentos e Comunidades Indígenas. As ações têm por objetivo geral fomentar as atividades florestais no Estado do Acre, trazendo alternativas de geração de emprego, renda e o desenvolvimento de cadeias de valor de Produtos Florestais Madeireiros;
- Núcleo de Concessão Florestal: deve contribuir para o avanço do manejo florestal em bases sustentáveis, auxiliando o ordenamento e o desenvolvimento econômico e socioambiental da região. Nas florestas públicas deve permitir que o Estado gerencie seu patrimônio florestal de forma a combater a grilagem de terras e evitar a exploração predatória dos recursos naturais existentes e gerar benefícios econômicos para as comunidades rurais;
- Núcleo de Manejo de Produtos Florestais não Madeireiros: desenvolve ações ligadas ao fomento das cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros, como as sementes florestais nativas e as oleaginosas *Astrocaryum ulei* (murmuru), *Mauritia flexuosa* L. (buriti), *Attalea tessmannii* Burret (cocão), entre outros. As ações têm por objetivo geral fomentar as atividades agroextrativistas no estado, trazendo alternativas de trabalho e renda para comunidades rurais e a valorização das riquezas naturais da floresta Amazônica.

São atribuições ainda da DDF, a coordenação os recursos disponíveis para as ações dos Núcleos que estejam ligados ao Programas, Projetos e Ementas Parlamentares, cujo objetivo é aumentar a contribuição do setor florestal e agroflorestal ao crescimento econômico e a redução da pobreza, mantendo o controle sobre o desmatamento no estado do Acre.

Projeto 2. Manejo Florestal Sustentável Madeireiro

Este projeto está baseado no uso sustentável das florestas com base no: i) desenvolvimento socioeconômico da região; ii) na conservação dos recursos naturais; iii) na preservação da floresta e de suas funções, e; iv) na manutenção da diversidade biológica. As atividades serão desenvolvidas por meio de planos de manejo florestal sustentável madeireiro em Unidades de conservação de uso sustentável, Projetos de assentamento diferenciados e do desenvolvimento de cadeias de valor de resíduos madeireiros.

O objetivo do projeto é fomentar a gestão de cadeias de valor madeireiro, com o apoio à diversificação da produção e a ampliação dos beneficiários para a sustentabilidade dos negócios; apoiar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais e etnias indígenas envolvidas nas atividades de MFSC e na produção de artefatos/artesanatos com resíduos madeireiros; e fortalecer as práticas sustentáveis na exploração madeireira em florestas sob domínio público.

Meta

- Implementar a concessão de 238.610,19 ha para manejo florestal sustentável para o setor privado no Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório - CFERG (Gregório, Mogno e Liberdade);

Ações

- Acompanhamento das atividades de ATER junto as comunidades beneficiárias;
- Acompanhar junto a equipe do ITERACRE e DAPBIO o andamento do processo de regularização fundiária do CFERG nos limites das UMFs;
- Apoio na prestação de contas final de convênios junto à Divisão de Planejamento e Convênios;

Resultados

- Fortalecimento dos negócios florestais vinculados ao manejo florestal madeireiro e os não madeireiros, para fomento e sustentabilidade socioeconômica e ambiental em 05 empreendimentos comunitários;

Publico Alvo

- Manejadores (moradores) que fazem parte do programa de manejo do Complexo Florestas Estaduais do Rio Gregório - CFERG ;

Parceiras

Universidade Federal do Acre – UFAC, BVRI, FUNTAC, Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), Serviço Florestal Brasileiro – SFB e WWF Brasil.

Participação em Eventos

Servidor	Eventos	Modalidade	Local/Data
Adriano Alex dos Santos Rosário	I Encontro Nacional de Brigadistas Voluntários	Reunião	Belo Horizonte/MG, 03 a 05 de novembro de 2002
Adriano Alex dos Santos Rosário	Oficina sobre Políticas Públicas Florestais	Reunião	Rio Branco/Escola da Floresta, 27 a 28 de julho de 2022

Capacitações recebidas

Servidor	Capacitação	Instituição Promotora	Local/Data
Adriano Alex dos Santos Rosário	Curso Instrumentos Econômicos para a Gestão de Ativos Ambientais	MMA	Rio Branco, 26 a 29 de julho de 2022
Adriano Alex dos Santos Rosário	Oficina de Construção de Projetos de Restauração Florestal	UFAC/ Parque Zoobotânico	Rio Branco, 10 a 12 de outubro de 2022
Ana Paula Falcão Freire	Curso de Germinação de Sementes com Ultrassom	UFAC	28 a 30 de novembro de 2022
Luciana Cristina Rola de Souza	Curso de Introdução à Elaboração de Projetos	SEPLAG	Rio Branco, de 21 a 25 de março de 2022
Manoel Pereira de Lima	Curso de Telemetria	ANA/SEMAPI	Rio Branco, de 29 de novembro a 02 de dezembro

Projeto 3. Manejo Florestal Sustentável Não Madeireiro

Os produtos florestais não madeireiros podem contribuir com o desenvolvimento econômico e social de comunidades rurais, através da diversificação da produção e ampliação dos beneficiários para sustentabilidade dos negócios florestais em desenvolvimento no estado. O projeto visa fortalecer as etapas de desenvolvimento das cadeias de valor dos produtos florestais não madeireiros e a consolidação da economia de base comunitária para o cocão (*Attalea tessmannii*), murmuru (*Astrocaryum ssp.*) e buriti (*Mauritia flexuosa*).

Meta

- Beneficiar 331 famílias cooperadas com convênios de emenda parlamentar das cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros na Região do Juruá, para o fortalecimento dos negócios florestais, bem como viabilizar a pesquisa de produtos e subprodutos florestais não madeireiros das cadeias de valor, para obtenção de novos nichos de mercado;
- Realizar o acompanhamento, monitoramento de projetos e assistência técnica a 01 Associação Agroextrativista e 04 Cooperativas nas regionais do Tarauacá- Envira e Juruá, para o fortalecimento dos negócios florestais da cadeia produtiva da sociobiodiversidade;

Ações

- Acompanhamento das atividades de ATER junto as comunidades beneficiárias;
- Visitas técnicas às cooperativas beneficiárias dos convênios/emendas;
- Apoio na prestação de contas final de convênios junto à Divisão de Planejamento e Convênios;
- Apoio nas aquisições previstas nos convênios/emendas;
- Participação de reuniões visando elencar os investimentos apoiados aos Núcleos da Diretoria de Desenvolvimento Florestal, voltados a sociobioeconomia;

Resultados

- Fortalecimento dos negócios florestais vinculados ao manejo florestal madeireiro e os não madeireiros, para fomento e sustentabilidade socioeconômica e ambiental em 05 empreendimentos comunitários;
- Viabilização da execução de 01 projeto e 03 convênios;
- Acompanhamento dos processos de aquisições e assistência em 03 cadeias produtivas da sociodiversidade;

Publico Alvo

Foram beneficiadas 331 famílias, sendo: Associação Seringueira Porto Dias – ASPD (Acrelândia) 17 famílias; Cooperativa de Produtores Agroextrativistas Frutos da Amazônia - Coopfrutos (Mâncio Lima) 20 famílias; Cooperativa Agroextrativista de Porto Walter - Coapex (Porto Walter) 35; Cooperativa de Produtores Familiares e Economia Solidária da Floresta do Mogno - Coopermogno (Tarauacá) 222; Cooperativa Agroextrativista do Jordão – CAEJO 37 cooperados.

Parceiras

Universidade Federal do Acre – UFAC, BVRI, FUNTAC, Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), Serviço Florestal Brasileiro – SFB e WWF Brasil.

Projeto 4. Concessões Florestais

As concessões florestais devem contribuir para o avanço do manejo florestal em bases sustentáveis, auxiliando o ordenamento e o desenvolvimento econômico e socioambiental da região. Nas florestas públicas, a concessão deverá permitir que o Estado gerencie seu patrimônio florestal de forma a combater a grilagem de terras e evitar a exploração predatória dos recursos naturais existentes e gerar benefícios econômicos para as comunidades rurais.

Desta forma, o projeto visa consolidar as concessões florestais para o desenvolvimento socioeconômico da região do entorno do Complexo de Florestas do Rio Gregório (CFERG), através dos Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS).

Meta

- Aprovação da proposta de minuta de lei sobre concessão florestal, bem como a atualização dos editais e documentos referentes ao processo de concessão;
- Implementar a concessão de 238.610,19 ha para manejo florestal sustentável para o setor privado no Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório - CFERG (Gregório, Mogno e Liberdade).

Ações

- Constituição de uma comissão para atuar como órgão consultivo da administração no processo de concessão florestal;
- Acompanhar o processo SEI n. 0820.010862.00008/2020-88 de aprovação da Lei de Concessão Florestal na ALEAC;
- Atualizar a minuta de edital e anexo, após a aprovação da Lei de Concessão Florestal;
- Elaboração da minuta justificando a conveniência da Concessão Florestal (CF);
- Acompanhar as discussões para definição e sistematização de procedimentos operacionais e de gestão contratual a serem adotados na secretaria;
- Elaboração do PAOF;
- Submissão do PAOF 2024 ao CEMAF, bem como suas consultas públicas;
- Restabelecimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Tarauacá, para revitalização do respectivo conselho;
- Palestras para as comunidades acadêmicas sobre “Políticas Florestais do Estado do Acre”.

Resultados

- Monitoramento dos tramites na ALEAC para aprovação da Lei de Concessão Florestal;
- PAOF 2023 finalizado;
- Realização de 3 palestras na sociedade civil, com tema das CF

Publico Alvo

Referente as concessões florestais, não há público beneficiado no momento, uma vez que o processo se encontra na fase de pré-edital.

5.3 Escritório Técnico de Gestão do Cadastro Ambiental Rural - CAR e Programa de Regularização Ambiental - PRA

1. Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental – CIGMA

O Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental (Cigma), criado através do Decreto 6.843 de 22/09/2020, integra o Escritório Técnico de Gestão do Cadastro Ambiental Rural e do Programa de Regularização Ambiental do estado do Acre, a Sala de Situação de Monitoramento Hidrometeorológico e a Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto e a Divisão de Geoprocessamento do Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre - IMAC, com o objetivo de agilizar os processos de monitoramento e licenciamento ambiental e contribuir para o avanço das ações produtivas no estado, com respeito a legislação ambiental.

5.1 Escritório Técnico do Cadastro Ambiental Rural e do Programa de Regularização Ambiental

Decreto Estadual nº 4.410, de 02 de outubro de 2019: altera o Decreto nº 7.734, de 6 de junho de 2014 que “Regulamenta o Cadastro Ambiental Rural – CAR, no âmbito do Estado do Acre.” determina que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas - SEMAPI, responsável pelo planejamento, coordenação e gerenciamento do CAR. O **Escritório Técnico de Gestão do CAR e PRA/AC**, tem por atribuição apoiar a implementação do Novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012), através do Cadastro Ambiental Rural – CAR dos proprietários e possuidores de imóveis rurais abaixo de quatro módulos fiscais do estado do Acre e do apoio técnico a todos os imóveis rurais para adesão ao Programa de Regularização Ambiental do estado do Acre – PRA e a política de fomento de Recomposição Florestal de Passivos Ambientais.

PROJETO 5: CADASTRO AMBIENTAL RURAL – CAR E PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL - PRA

O Projeto CAR desenvolveu inúmeros aportes legais, técnicos e informacionais (Sistema Customizado), para a implementação da Política Ambiental no Acre. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), enquanto instrumentos de regularização ambiental de propriedades e posses rurais, visa auxiliar o produtor no planejamento de uso e econômico do imóvel rural e na recuperação de áreas degradadas, fomentando a conservação dos demais recursos naturais, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental e de vida das populações rurais (Lei Federal nº 12.651/2012).

O projeto reúne uma série de ações necessárias para orientar e impulsionar o processo de recomposição florestal, o fomento ao agronegócio e a agricultura familiar nas propriedades e posses rurais do estado. O objetivo é modernizar e agilizar o processo de licenciamento ambiental para os produtores rurais.

METAS:

- Realizar 250 inscrições no CAR
- Analisar 500 CAR;

- Ter 800 Termos de Compromissos Ambientais (TCAs), elaborados e assinados;
- 445 hectares de Projetos de recomposição implantados.

AÇÕES:

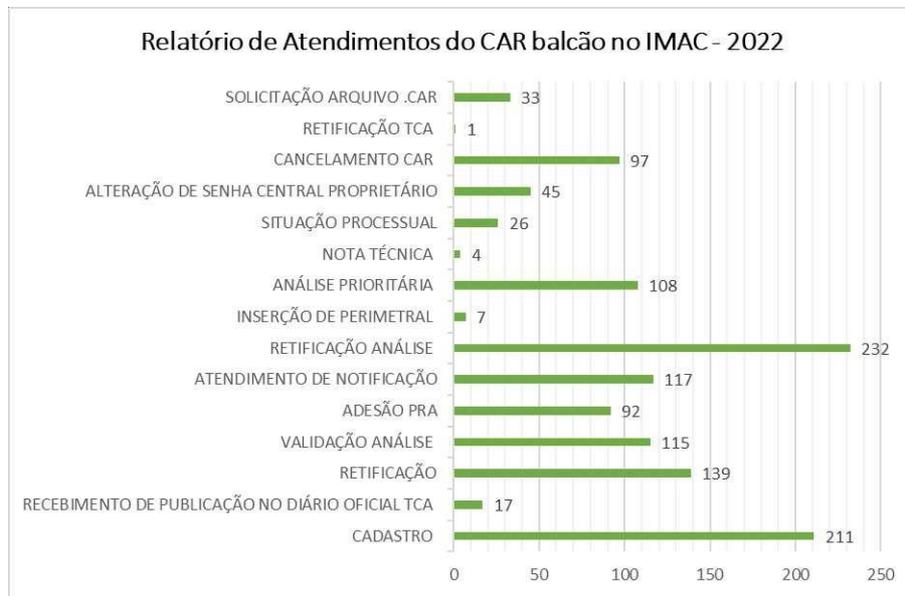
- Apoio técnico (inscrição, retificação, cancelamento e solicitação de análise prioritária) no Setor de Atendimento do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC;
- Análise e validação do CAR
- Apoio na elaboração de proposta simplificadas de Projetos de Recuperação Áreas Degradadas e Alteradas (Pradas) e Termos de Compromisso Ambiental (TCAs)
- Análise de Geoprocessamento nos processos de Licenciamento Ambiental.
- Ações técnicas nos Projetos de fomento do Programa de Regularização Ambiental - PRA com aporte de recursos do GEF (ASL) e Banco Alemão (KfW-REM);
- Acompanhamento da execução dos projetos de plantios PRA (trabalhos de campo e vistorias técnicas e acompanhamento das áreas dos projetos de recomposição florestal);
- Reuniões de mobilização com produtores rurais para adesão aos projetos de recomposição florestal com plantios de SAF's;
- Acompanhamento da consultoria Jurídica apoiada pela GIZ no âmbito do Projeto Regularização Ambiental sobre questões técnicas e normativas a serem observadas na execução de determinadas atividades relacionadas a implementação dos instrumentos do Código Florestal.
- Acompanhamento da consultoria apoiada pela GIZ para o desenvolvimento técnico operacional de retificação e análise do CAR visando a regularização ambiental de projetos de assentamentos no estado do acre.
- Mutirão de Retificação do CAR e Adesão ao Projeto Floresta+ Amazônia.

RESULTADOS:

- **211** inscrições no Cadastro Ambiental Rural - CAR realizadas;
- **751** análises de Cadastro Ambiental Rural - CAR realizadas;
- **117** notificações realizadas aos proprietários possuidores para prosseguimento dos trâmites administrativos dos processos;
- **88** Termos de Compromisso Ambiental – TCAs, elaborados em 2022, destes **58** foram assinados e **30** em processo de assinatura;
- Apoio técnico **1244** no Setor de Atendimento do IMAC;
- 53 áreas selecionadas para implantação dos projetos de recomposição com o Programa de Regularização Ambiental, foram plantados 106 hectares de SAF's.
- **08** Oficinas realizadas com os produtores rurais que serão beneficiados com projetos de recomposição florestal com plantios de SAF's (Projeto GEF - ASL).
- **210** processos de licenciamento ambiental com análises de geoprocessamento realizadas pela equipe da DGEO/IMAC/Cigma, e também pela equipe do Setor de Análise do CAR, pois de acordo com a **Portaria IMAC N°43, de 25 de abril de 2022, todo processo de licenciamento deve ter análise do CAR, compatibilizando documentação e uso do solo**, dos quais **87** oriundos do SINAFLO, deste total **50** encaminhados pelo Setor de Divisão Florestal (DIFLOR), **37** encaminhados pela Divisão de Uso do Solo (DUS); **16** LAU da Divisão de Uso do Solo (DUS), **10** LAU da Divisão Florestal (DIFLOR), **23** Licenças de Operação - LO da Divisão de Uso do Solo (DUS), **01** Licença de Operação da Divisão Florestal (DIFLOR), **22** processos de origem da Divisão de Controle Ambiental (DCA); **04** solicitações da Diretoria e **01** solicitações do Gabinete da Presidência.

Desde 2019, temos um balcão de atendimento do Cadastro Ambiental Rural – CAR, que apoia os proprietários e produtores rurais na interlocução com Escritório Técnico de Gestão do CAR e PRA-AC, para fins de regularização ambiental dos imóveis rurais, uma iniciativa exitosa, que apoia e dinamiza a análise do CAR.

Gráfico 1 – Tipos de serviços realizados no Setor de Atendimento do IMAC (jan. a dez. /2022).



Fonte: Escritório do CAR e PRA-AC, 2022

A Divisão de Geoprocessamento do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, integrada ao Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental - Cigma, tem desenvolvido seus trabalhos em consonância com os trabalhos do Setor de Análise do Cadastro Ambiental Rural – CAR.

Quadro 1 – Tipologia de processos de atividades de Licenciamento da DGEO/2022

Atividades	Quantidade
Atividade Manejo Florestal Sustentável	49
Atividade de serviços, projeto agrícola, plantio de milho e soja	21
Atividade de supressão de vegetação primária (corte raso)	21
Outras atividades (Elaboração de Carta-imagem)	21
Solicitação Carta imagem e localização da propriedade	17
Atividade de agricultura, criação de animais, avicultura/engorda	12
Atividade indústria madeireira, armazenamento de toras, em pátio externo (manejo)	11
Atividade de indústria madeireira, armazenamento de toras, em pátio externo (manejo)	7
Atividade Supressão de Vegetação (ASV) e Intervenções em Áreas de Preservação Permanente	7
Denúncia desmate ilegal	6
Atividade Supressão de vegetação primária, exploração madeireira e implantação de pastagem	5
Solicitação da carta imagem e histórico de desmatamento	4
Atividade Manejo Florestal Comunitário	4
Atividade Serviços, manutenção de rede de distribuição de energia, supressão de vegetação	4
Atividade de serviços, projeto agrícola, café	3
Atividade indústria madeireira, armazenamento de toras, serraria portátil	3
Atividade Suinocultura, Terminação, Grande Porte	2
Denúncia Invasão e desmatamento	2
Solicitação diversas (Gabinete e Diretoria)	2
Denúncia de desmate	2
Atividade de supressão de vegetação (Uso Alternativo do Solo)	1
Total de Processos Analisados	210

Fonte: DGEO,2022.

PÚBLICO ALVO:

Pequenos proprietários ou posseiros em áreas de até 4 (quatro) módulos fiscais, incluindo aquelas descritas nos termos do inciso V do art. 3º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, definida na Instrução Normativa Nº 002/MMA, de 06 de maio de 2014, além das propriedades ou imóveis rurais em processo de licenciamento ambiental (Portaria Normativa Nº 001/IMAC de 11 junho de 2019), e proprietários/possuidores de propriedades médias e grandes.

PARCERIAS:

Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Empresa de Assistência Técnica Extrativista Rural do Acre - Emater, Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia - SEICT, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio - SEPA e Instituto de Terras do Acre – Iteracre, Cooperação Alemã – GIZ, Conservação Internacional – C.I e Projeto Paisagens Sustentáveis – GEF/ASL e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

SERVIDOR	EVENTO	MODALIDADE	LOCAL/DATA
Claudio Roberto da Silva Cavalcante	IX Nacional do CAR	Participante e Palestrantes	Presencial 29/11 a 02/12 Brasília - DF
André Schatz Pellicciotti	IX Nacional do CAR	Participante e Palestrantes	Presencial 29/11 a 02/12 Brasília - DF
Claudio Roberto da Silva Cavalcante	Missão do Programa REM - ACRE	Participante e Palestrantes	Presencial 27 a 30 de junho de 2022 Taruacá/Cruzeiro do Sul
Lilian Nascimento Nunes	ASL 2022 Annual Conference and GEF8 Amazon Conception Workshop	Participante e Palestrantes	Presencial 12 a 16 de setembro de 2022 Quito – Puenbo, Equador
Raquel Talita Chagas Finco Gonçalves	Mutirão de Retificação do CAR e Adesão Floresta +	Atendente	Presencial 01 a 03 dezembro de 2022 Feijó - Acre
Lilian Nascimento Nunes	Mutirão de Retificação do CAR e Adesão Floresta +	Atendente	Presencial 01 a 03 dezembro de 2022 Feijó - Acre
Deiverson Almeida da Silva	Mutirão de Retificação do CAR e Adesão Floresta +	Atendente	Presencial 01 a 03 dezembro de 2022 Feijó - Acre
Claudio Roberto da Silva Cavalcante	Expoacre 2022 Balcão do CAR e PRA-AC	Atendente	Presencial 30/07/ a 07/08 Rio Branco
André Schatz Pellicciotti	Expoacre 2022 Balcão do CAR e PRA-AC	Atendente	Presencial 30/07/ a 07/08 Rio Branco
Charles Lins Maciel	Expoacre 2022 Balcão do CAR e PRA-AC	Atendente	Presencial 30/07/ a 07/08 Rio Branco
Jardel Lima de Oliveira	Expoacre 2022 Balcão do CAR e PRA-AC	Atendente	Presencial 30/07/ a 07/08 Rio Branco
André Felipe Lima de Oliveira	Expoacre 2022 Balcão do CAR e PRA-AC	Atendente	Presencial 30/07/ a 07/08 Rio Branco
Claudio Roberto da Silva Cavalcante	Expoacre Juruá 2022 Balcão do CAR e PRA-AC	Atendente	Presencial 01 a 04/09 Cruzeiro do Sul
Igor Gustavo Souza Rebouças	Expoacre Juruá 2022 Balcão do CAR e PRA-AC	Atendente	Presencial 01 a 04/09 Cruzeiro do Sul
Claudio Roberto da Silva Cavalcante	Missão de Supervisão ASL	Participante/ Palestrante	Presencial 26 a 29/09 Rio Branco - AC
André Schatz Pellicciotti	Missão de Supervisão ASL	Participante/ Palestrante	Presencial 26 a 29/09 Rio Branco - AC
Claudio Roberto da Silva Cavalcante	Reunião Comitê Operacional para deliberação do POA 3 -ASL	Participante	Presencial 12 a 14 de julho de 2022 Brasília - DF
André Schatz Pellicciotti	Reunião Comitê Operacional para deliberação do POA 3 -ASL	Participante	Presencial 12 a 14 de julho de 2022 Brasília - DF
Claudio Roberto da Silva Cavalcante	REUNIÃO DO GCF TASK FOURCE e da ABEMA	Participante	Presencial 11 a 12 de maio de 2022

			Cuiabá - MT
André Schatz Pellicciotti	COP 27	Participante/ Palestrante	Presencial 6 e 18 de novembro de 2022 em Sharm El Sheikh, no Egito
André Schatz Pellicciotti	Workshop “Monitoramento da integridade ecológica da regeneração natural na Amazônia”	Participante/ Palestrante	Presencial 22 a 24 de junho, Ilha do Mosqueiro, Belém-PA
André Schatz Pellicciotti	Workshop "Status da reposição florestal no cerrado e na Amazônia: regulamentação, implementação e monitoramento"	Participante/ Palestrante	Presencial 13 de setembro de 2022, Hotel Prodigy Santos Dumont, Rio de Janeiro-RJ
André Schatz Pellicciotti	Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia – ASL: Missão de Apoio a Implementação e Supervisão	Convidado	Evento Virtual – plataforma Microsoft Teams – 05 a 08/10/21
André Schatz Pellicciotti	Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia – ASL: Recuperação da Vegetação Nativa: Desafios e oportunidades para o Brasil	Palestrante	Evento Virtual – plataforma Microsoft Teams – 27/10/2021

CAPACITAÇÃO RECEBIDA

SERVIDOR	CAPACITAÇÃO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	LOCAL/DATA
Raquel Talita Chagas Finco Gonçalves	Capacitação Projeto Floresta + - Atendimento as notificações do CAR e Adequação de Imóveis Rurais para inscrição no Projeto Floresta + Amazônia	MMA - PNUD	Evento Virtual – plataforma MMA
Lilian Nascimento Nunes	Capacitação Projeto Floresta + - Atendimento as notificações do CAR e Adequação de Imóveis Rurais para inscrição no Projeto Floresta + Amazônia	Participante	Evento Virtual – plataforma MMA
Jardel Lima de Oliveira	Capacitação Projeto Floresta + - Atendimento as notificações do CAR e Adequação de Imóveis Rurais para inscrição no Projeto Floresta + Amazônia	Participante	Evento Virtual – plataforma MMA
Amanda de Souza Holanda	Capacitação Projeto Floresta + - Atendimento as notificações do CAR e Adequação de Imóveis Rurais para inscrição no Projeto Floresta + Amazônia	Participante	Evento Virtual – plataforma MMA
Helvis Nobre da Silva	Capacitação Projeto Floresta + - Atendimento as notificações do CAR e Adequação de Imóveis Rurais para inscrição no Projeto Floresta + Amazônia	Participante	Evento Virtual – plataforma MMA
Ana Caroline da Silva	Capacitação Projeto Floresta + - Atendimento as notificações do CAR e Adequação de Imóveis Rurais para inscrição no Projeto Floresta + Amazônia	Participante	Evento Virtual – plataforma MMA
Marcelo Pereira Dantas	Capacitação Projeto Floresta + - Atendimento as notificações do CAR e Adequação de Imóveis Rurais para inscrição no Projeto Floresta + Amazônia	Participante	Evento Virtual – plataforma MMA
Pedro Henrique da Silva Carvalho	Capacitação Projeto Floresta + - Atendimento as notificações do CAR e Adequação de Imóveis Rurais para inscrição no Projeto Floresta + Amazônia	Participante	Evento Virtual – plataforma MMA
Marcio Moura da Costa	Capacitação Projeto Floresta + - Atendimento as notificações do CAR e Adequação de Imóveis Rurais para inscrição no Projeto Floresta + Amazônia	Participante	Evento Virtual – plataforma MMA
Gilberto Martins da Silveira Junior	Capacitação Projeto Floresta + - Atendimento as notificações do CAR e Adequação de Imóveis Rurais para inscrição no Projeto Floresta + Amazônia	Participante	Evento Virtual – plataforma MMA
Frantiele Moreira Gomes da Silva	Capacitação Projeto Floresta + - Atendimento as notificações do CAR e Adequação de Imóveis Rurais para inscrição no Projeto Floresta + Amazônia	Participante	Evento Virtual – plataforma MMA
Charles Lins Maciel	Capacitação Projeto Floresta + - Atendimento as notificações do CAR e Adequação de Imóveis Rurais para inscrição no Projeto Floresta + Amazônia	Participante	Evento Virtual – plataforma MMA
Tamara Bandeira	Capacitação Projeto Floresta + - Atendimento as notificações do CAR e Adequação de Imóveis Rurais para inscrição no Projeto Floresta + Amazônia	Participante	Evento Virtual – plataforma MMA

5.3.1 Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto - UCEGEO

PROJETO 6: MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO E QUEIMADAS ILEGAIS

Este projeto tem como objetivo o monitoramento das alterações na cobertura do solo, como desmatamentos, degradação por queimadas e regeneração no território acreano. Apoiando a consolidação da gestão ambiental compartilhada, além de dar suporte às instituições do Estado, fornecendo dados do monitoramento do uso da terra, para subsidiar as ações de comando e controle das instituições estaduais, visando superar os diferentes fatores e vetores que contribuem para fomentar o desmatamento e as queimadas e garantir a conservação do ativo ambiental florestal.

METAS:

- 02 relatórios anuais de monitoramento do desmatamento elaborados, via metodologia do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite-Prodes e da Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto - Ucegeo;
- Informações mensais do monitoramento (Notas técnicas sobre a dinâmica do desmatamento e queimadas) para o Comitê Integrado de Ações Ambientais e sociedade em geral.

AÇÕES:

- Elaboração do Relatório da Dinâmica do desmatamento no estado do Acre – Prodes Ano Florestal 2020/2021.
- Processamento dos dados que subsidiaram o Relatório Anual de desmatamento, utilizando as metodologias do Prodes e da Ucegeo.
- Emissão de Notas Técnicas sobre Queimadas e desmatamento na Amazônia Legal e no estado do Acre em 2022, mensalmente;
- Realização de monitoramento de cicatrizes de queimadas no perímetro urbano e periurbano do município de Rio Branco;

- Elaboração de cartas imagens para subsidiar as ações de comando e controle.

RESULTADOS:

- Monitoramento da cobertura vegetal do estado elaborado e subsidiando as ações de comando e controle.
- Dois Relatórios sobre a Dinâmica do desmatamento no estado do Acre referente ao ano de 2021 a ser publicado no início do ano de 2023.
- Publicação de 12 Notas Técnicas mensais sobre Desmatamento e Queimadas na Amazônia Legal e no estado do Acre em 2022.
- Monitoramento de cicatriz de queimadas da extensão das cicatrizes de queimadas para o perímetro urbano e periurbano de Rio Branco de 25/06 a 18/09/2022 totalizou aproximadamente 6.197,3 hectares;
- Participação em eventos da agenda da SEMAPI: Mês do Meio Ambiente, Exposição Agropecuária – EXPOACRE, no stand do CIGMA.
- Participação em apresentações em agenda de Visitas Técnicas ao Escritório do CIGMA. Colaboração e contribuição nos projetos em andamento: Monitor de Secas e Programa Servir Amazonia.

PÚBLICO BENEFICIADO:

População acreana (Sociedade civil do estado do Acre e Academia).

PARCERIAS:

Batalhão Ambiental do Acre, Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Universidade Federal do Acre – UFAC, Servir-Amazônia/Nasa, Instituto de Pesquisas Espaciais – Inpe e Escritório Técnico de Gestão do CAR e PRA-AC.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

SERVIDOR	EVENTO	MODALIDADE	LOCAL/DATA
Claudio Roberto da Silva Cavalcante Marcelo José Silveira Lima Geisiane Pereira de Oliveira Ylza Marluce Queren- Hapuque Renato Silva	Visita Técnica do Pesquisador David Salisbury do Programa ABSAT SERVIR Amazonia	presencial	Rio Branco, CIGMA / Funtac.
Claudio Roberto da Silva Marcelo José Silveira Lima Marcelo Augusto Oliveira Geisiane Pereira de Oliveira Ylza Marluce Queren- Hapuque Renato Silva	Solenidade marca abertura da Programação do Mês do Meio Ambiente no Acre	presencial	Biblioteca Pública do Estado Adonay Barbosa 06 de junho de 2022
Queren- Hapuque Rodrigues de Luna Marcelo José Silveira Lima	Taller de Corredores Transfronterizos y Servicios Ecosistémicos de la Amazonía Sudoccidental (NASA, SERVIR Amazonía y GTASO - Grupo Transfronterizo de la Amazonía Sud- Occidental)”	presencial	Universidad Nacional de Ucayali - Peru, 13 a 17 de junho
Claudio Roberto da Silva Cavalcante Marcelo José Silveira Lima Geisiane Pereira de Oliveira Ylza Marluce	Visita Técnica da equipe da comitiva internacional do REM. Apresentação das ferramentas de enfrentamento ao desmatamento e queimadas ilegais.	presencial	Rio Branco, CIGMA / Funtac. 28 de junho

Queren-Hapuque Renato Silva			
Geisiane Pereira de Oliveira Claudio Roberto da Silva Cavalcante	I. Oficinas de apoio para elaboração da nova versão do Plano Estadual de Prevenção do Controle do Desmatamento e Queimadas no Acre (PPCDQ-AC).	presencial	Rio Branco 12 a 16 de setembro
Marcelo José Silveira Lima Geisiane Pereira de Oliveira Marcelo Augusto Oliveira	II. Oficinas de apoio para elaboração da nova versão do Plano Estadual de Prevenção do Controle do Desmatamento e Queimadas no Acre (PPCDQ-AC).	presencial	Rio Branco 24,25 e 26 de outubro
Marcelo José Silveira Lima Geisiane Pereira de Oliveira Marcelo Augusto Oliveira	III. Oficinas de apoio para elaboração da nova versão do Plano Estadual de Prevenção do Controle do Desmatamento e Queimadas no Acre (PPCDQ-AC).	presencial	Rio Branco 06, 07 e 08 de dezembro
Claudio Roberto da Silva Marcelo José Silveira Lima Geisiane Pereira de Oliveira Ylza Marluce Queren-Hapuque Renato Silva	Exposição Agropecuária – EXPOACRE – Espaço SEMAPI.	presencial	Parque de Exposições Wildy Viana 30 de julho a 07 de agosto

CAPACITAÇÃO RECEBIDA

SERVIDOR	CAPACITAÇÃO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	LOCAL/DATA
Marcelo José Silveira Lima Geisiane Pereira de Oliveira Ylza Marluce Queren-Hapuque Luna	Workshop “Introdução ao Google Earth Engine” (Carga Horária de 16 Horas) com certificado	IMAFLORA/SERVIR GLOBAL/SERVIR AMAZONIA	Transmissão por Videoconferência 30 de junho a 07 de julho de 2022
Claudio Roberto da Silva Cavalcante Marcelo José Silveira Lima Geisiane Pereira de Oliveira Ylza Marluce Queren-Hapuque Renato Silva	Capacitação dos Geodashboards da ABSAT – Servir Amazonia	SERVIR GLOBAL/SERVIR AMAZONIA	Rio Branco, CIGMA Funtac. 04 de julho
Geisiane Oliveira Marcelo J. S. Lima Queren-Hapuque Renato Silva de Lima Ylza Marluce Dermerson de Souza Edvaldo Paiva	Treinamento de Validadores do Projeto Monitor de Secas da Agência Nacional de Águas (ANA) e FUNCEME	Agência Nacional de Águas – ANA Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos	Rio Branco, CIGMA Funtac. 05 e 06 de outubro

5.3.2 Sala de Situação de Monitoramento Hidrometeorológico

A Sala de Situação de Monitoramento Hidrometeorológico é o Centro Operacional de Monitoramento da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais-CEGdRA, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas - Semapi, com o objetivo de identificar eventos extremos, através do monitoramento diário de tempo e clima, níveis dos principais rios, risco de fogo e focos de calor, dentre outros aspectos, em todo o território do Acre. Esta Unidade funciona graças ao suporte financeiro do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - Progestão, via Decreto Estadual de Adesão nº 5.698, de 26/04/2013 e Contrato no. 082/ANA/2013, entre Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e a Semapi, cujo repasse de recursos está vinculado ao cumprimento das metas pré-estabelecidas em comum acordo com as instituições envolvidas.

PROJETO 7: GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES AMBIENTAIS

O Plano de Gestão de Riscos de Desastres Ambientais do Estado do Acre tem o objetivo de subsidiar ações de prevenção, controle, adaptação e mitigação dos impactos decorrentes de extremos de precipitação, secas prolongadas e severas, desmatamentos, acidentes com produtos químicos perigosos, e outros eventos de riscos decorrentes das atividades antrópicas e dos efeitos das mudanças climáticas globais. O monitoramento da qualidade do ar a partir da Rede Estadual de Monitoramento da Qualidade do Ar implantada pelo Ministério Público do Estado do Acre é feito em observância a Resolução do Conama 03/1990.

META:

- Elaborar e divulgar 5 boletins do tempo, 5 relatórios hidrometeorológicos e 5 relatórios de monitoramento de queimadas e qualidade do ar por semana.

AÇÕES:

- **Monitoramento hidrometeorológico:** atividade desenvolvida pela equipe da Sala de Situação de Monitoramento Hidrometeorológico utilizando dados da Rede de alerta de eventos hidrológicos críticos da Agência Nacional de Águas (www.ana.gov.br/telemetria); a atualização das séries históricas de nível e chuva é feita a partir de dados da Rede de Alerta de Monitoramento Hidrológico do Estado do Acre. Os Relatórios Hidrometeorológicos são elaborados para subsidiar gestores e técnicos das instituições afins com informações diárias que possibilitam a tomada de decisão frente aos riscos nos períodos de criticidade e podem ser acessados na **página da Semapi** – <http://semapi.acre.gov.br/sala-de-situacao/relatorio-hidrometeorologico/> .
- **Monitoramento meteorológico:** trata-se dos resultados das investigações das condições atmosféricas coletados e repassados por instituições parceiras e apresentados através de Boletins do Tempo, de segunda a sexta-feira. Também foram emitidos alertas relativos à variação de temperatura, avisos meteorológicos, previsão de chuvas e outros eventos, em situações de criticidade e risco. O Boletim pode ser acessado na página da Semapi – <http://semapi.acre.gov.br/sala-de-situacao/> .
- **Monitoramento de Queimadas e Incêndios Florestais:** são utilizados como indicadores os focos de calor, cicatrizes de queimadas e risco de fogo, a partir dos dados disponibilizados pelo Inpe/CPTEC, bem como as imagens Sentinel, cujos dados são reportados nos Relatórios Diários e Informes. O relatório de queimadas encontra-se disponível em <http://semapi.acre.gov.br/sala-de-situacao/monitoramento-queimadas-2/> .
- **Monitoramento da Qualidade do Ar:** utilizamos os dados dos sensores da Rede de monitoramento implantada pelo Ministério Público do Estado através do sítio www.purpleair.com, gerando informações emitidas de segunda a sexta no relatório de queimadas e qualidade do ar.

RESULTADOS:

- Monitoramento de riscos de desastres ambientais viabilizado com a emissão de **229** Boletins de monitoramento meteorológico publicados de 01/01/2022 a 23/12/2022; **228** Relatórios hidrometeorológicos de 01/01 a 23/12/2022; **130** Relatórios de queimadas e qualidade do ar, de 17/05 a 23/12/2022;
- Emissão de Informes de Avisos Meteorológicos com dados consultados pelo INMET;
- Participação em 04 Capacitações, Participação com atividade realizada no Projeto da Carreta Ambiental com palestra sobre o CIGMA e Monitoramento Ambiental.
- Participação em eventos da agenda da SEMAPI: Mês do Meio Ambiente, Exposição Agropecuária – EXPOACRE, no stand do CIGMA.
- Participação de reuniões com pautas direcionadas ao monitoramento hidrometeorológico com a Defesa Civil Estadual.
- Participação em apresentações em agenda de Visitas Técnicas ao Escritório do CIGMA. Colaboração e contribuição nos projetos em andamento: Monitor de Secas e Programa Servir Amazonia.

PÚBLICO BENEFICIADO:

População acreana (Sociedade civil do estado do Acre e Academia).

PARCERIAS:

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, Serviço de Proteção da Amazônia – Sipam, Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – Cemaden, Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC do Instituto de Pesquisas Espaciais – Inpe e Serviço Geológico do Brasil – CPRM/PV.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

SERVIDOR	EVENTO	MODALIDADE	LOCAL/DATA
Claudio Roberto da Silva Marcelo José Silveira Lima Marcelo Augusto Oliveira Geisiane Pereira de Oliveira Ylza Marluce Queren-Hapuque Renato Silva	Solenidade marca abertura da Programação do Mês do Meio Ambiente no Acre	presencial	Biblioteca Pública do Estado Adonay Barbosa
Ylza Marluce Silva de Lima	Capacitação para servidores municipais de área ambiental Campanha da Carreta Ambiental	presencial	Bujari
Ylza Marluce Silva de Lima Valmira Domingos	Encontro internacional “Dados à prova D’água: em direção a uma governança sustentável dos riscos de inundação”.	presencial	São Paulo 30 de Março de 2022

			https://batelao.com/acre-participa-de-pesquisa-internacional-sobre-coleta-de-dados-nas-inundacoes/
Queren-Hapuque Rodrigues de Luna Marcelo José Silveira Lima	Taller de Corredores Transfronterizos y Servicios Ecosistémicos de la Amazonía Sudoccidental (NASA, SERVIR Amazonía y GTASO - Grupo Transfronterizo de la Amazonía Sud-Occidental)”	presencial	Universidad Nacional de Ucayali - Peru, 13 a 17 de junho
Claudio Roberto da Silva Marcelo José Silveira Lima Geisiane Pereira de Oliveira Ylza Marluce Queren-Hapuque Renato Silva	Exposição Agropecuária – EXPOACRE – Espaço SEMAPI.	presencial	Parque de Exposições Wildy Viana 30 de julho a 07 de agosto

CAPACITAÇÃO RECEBIDA

SERVIDOR	CAPACITAÇÃO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	LOCAL/DATA
Renato Silva de Lima Ylza Marluce Silva de Lima	Gestão de Conflitos das Águas (Carga Horária de 52 Horas) com certificado	Agência Nacional de Águas - ANA	Transmissão por Videoconferência Maio de 2022
Renato Silva de Lima Ylza Marluce Silva de Lima	Seminário de Preparação do Setor Saúde para a Estação de Queimadas 2022 (Carga Horária de 20 Horas) com certificado	Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (DSASTE/SVS/MS)	Transmissão por Videoconferência Maio de 2022
Renato Silva de Lima Ylza Marluce Silva de Lima	Minicurso "Gestão de Riscos e Gerenciamento de Desastres: qual é a relação da população com as ações da Defesa Civil Municipal" (Carga Horária de 3 Horas) com certificado	Escola do Legislativa Piracicaba	Transmissão no canal do YouTube (Escola do Legislativa Piracicaba) Setembro de 2022
Marcelo José Silveira Lima Geisiane Pereira de Oliveira Ylza Marluce Queren-Hapuque Luna	Workshop "Introdução ao Google Earth Engine" (Carga Horária de 16 Horas) com certificado	IMAFLOA/SERVIR GLOBAL/SERVIR AMAZONIA	Transmissão por Videoconferência 30 de junho a 07 de julho de 2022
Queren-Hapuque Rodrigues de Luna	Sistemas de Informações Geoespaciais e Ciências Ambientais na Universidade Estadual do Arizona	SERVIR GLOBAL/SERVIR AMAZONIA/ Centro de Intercâmbio de Conhecimento para Resiliência (Knowledge Exchange for Resilience Centre) da Universidade Estadual do Arizona (ASU)	16 a 20 de maio, Arizona - EUA
Queren-Hapuque Renato Silva de Lima Ylza Marluce Dermerson de Souza Edvaldo Paiva Geisiane Oliveira Marcelo Lima	Treinamento de Validadores do Projeto Monitor de Secas da Agência Nacional de Águas (ANA) e FUNCEME	Agência Nacional de Águas – ANA Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos	Rio Branco, CIGMA /Funtac. 05 e 06 de outubro
Queren-Hapuque Rodrigues de Luna	Capacitação em ferramenta GIS aplicada à gestão pública com o uso de mapeamento aéreo dos municípios acreanos	presencial	Rio Branco, Auditório OAB/AC – Portal da Amazônia 14 e 15 de dezembro

5.4 Divisão de Gestão de Recursos Hídricos

A gestão de recursos hídricos no Estado do Acre é estabelecida pela Lei nº 1.500 de 15/07/2003 que institui a Política Estadual e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O Art. 4º da Lei 1500/2003 prevê que a Política Estadual de Recursos Hídricos deve ser conduzida com base no princípio de que a água é um bem de domínio público, essencial à vida, com disponibilidade limitada e dotada de valor econômico, social e ecológico. Esta lei prevê ainda, em seu Art. 2º, § 2º, que “os agentes públicos estaduais deverão articular-se com os órgãos e entidades federais e municipais, bem como com as entidades civis organizadas, para a efetiva consecução das finalidades e objetivos da Política Estadual de Gestão de Recursos Hídricos”.

A Política de Recursos Hídricos tem como finalidade estabelecer o gerenciamento de programas e projetos de recursos hídricos, e o apoio a implementação dos instrumentos de gestão, como o “Plano Estadual de Recursos Hídricos – PLERH”, os Planos de bacias hidrográficas, a cobrança, outorga pelo uso dos recursos hídricos, dentre outros referenciados no Art. 8º da Lei nº 1.500 de 2003. A Divisão de Recursos Hídricos é composta por 3 Núcleos: Núcleo de Monitoramento da Qualidade da Água, Núcleo de Monitoramento Hidrometeorológico e Núcleo de Bacias Hidrográficas.

O Núcleo de Monitoramento da Qualidade da Água é responsável pelo monitoramento da qualidade da água estabelecido em 17 pontos prioritários nas principais bacias hidrográficas; o Núcleo de Monitoramento Hidrometeorológico é responsável pelo monitoramento da Rede de Eventos hidrológicos críticos, hoje mantida com o apoio da Defesa Civil do Estado. O Núcleo de Bacias Hidrográficas promove o apoio à gestão dos recursos hídricos nos municípios, para onde são direcionadas as ações de capacitação dos atores públicos locais, através de palestras, oficinas e orientações técnicas.

Projeto 8. Revisão e atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos

O Plano Estadual de Recursos Hídricos- PLERH-AC é um instrumento de planejamento da Política Estadual de Recursos Hídricos que estabelece diretrizes gerais sobre os Recursos Hídricos no Estado, com intuito de promover a harmonização e adequação de políticas públicas para busca do equilíbrio entre a oferta e a demanda de água, de forma assegurar as disponibilidades hídricas em quantidade e qualidade para o uso racional, propõem programas e projetos para sua proteção, recuperação e gerenciamento deste recurso, buscando garantir o uso sustentável.

O Processo de construção do PLERH-AC dividiu-se em três principais etapas, seqüenciadas e inter-relacionadas desenvolvidas de forma articulada e harmônica respeitando as especificidades e condicionantes de cada localidade e comunidades sociais do Estado do Acre. O processo iniciou-se pelo diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos, incluindo informações hidrológicas, hidrogeológicas e de qualidade de água, como foco na oferta e da demanda, nos tipos de usos de água e do solo, levantando áreas de conflito ou com tendência a criticidade.

A segunda etapa consistiu no prognóstico que teve como objetivo projetar as demandas futuras dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, estabelecendo um balanço entre oferta e demanda em um Cenário tendencial para um Cenário desejado (Cenário de futuro), materializado em uma proposta de enquadramento dos cursos de água em classes de usos preponderantes. Para a elaboração dos cenários de recursos hídricos no Acre foi identificado um conjunto de incertezas críticas para cada UGRH, a partir das oficinas participativas, para as quais foram formuladas hipóteses em que elas têm mais probabilidades de se manifestarem. Posteriormente as macro-incertezas foram agrupadas para maior consistência de análise no nível do Estado, em: disponibilidade de água em quantidade e qualidade; mudanças climáticas; alterações antrópicas; gestão dos recursos hídricos; e integração.

Conforme disposto nas diretrizes do PLERH/AC, que estabelece a necessidade de revisão no interstício de 4 anos, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e das Políticas Indígenas -SEMAPI que é o Órgão Gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos do Acre, iniciou as tratativas de coordenação para definir junto com os demais entes que compõem a lista de executores das metas do Plano Estadual de Recursos Hídricos -PLERH/AC as estratégias para a realização da primeira revisão e atualização deste instrumento de gestão. A revisão e atualização do PLERH seguirá a mesma dinâmica da sua construção obtendo nas oficinas participativas informações atualizadas dos cenários atuais. É importante citar que esta avaliação e atualização do PLERH acontece após avaliação de sua implementação, o que ocorreu em 2018 permitindo que cada instituição com ações dentro do plano pudesse medir seus desempenhos e eficácia. Espera-se com esta revisão, oferecer subsídios para um melhor redimensionamento das ações e ainda permitir que sua implementação possa avançar satisfatoriamente.

A revisão do PLERH/AC tem como foco principal revisar e/ou estabelecer diretrizes, programas e metas pactuados social e politicamente, por meio de um amplo processo de discussão, a partir de uma base técnica consistente, considerando o horizonte temporal 2022-2030, priorizando as ações que permitirão correções de rumo e definindo novas metas para uma gestão dos recursos hídricos capaz de atender os novos desafios impostos pelas mudanças ambientais globais.

Metas

- Realizar 13 oficinas de capacitação e diagnóstico para obtenção de dados pertinentes a situação atual dos recursos hídricos nos municípios de Brasileia, Plácido de Castro, Acrelândia, Porto Acre, Bujari, Rio Branco, Sena Madureira, Manoel Urbano, Jordão, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Valter.

Ações

- Diagnostico sobre a situação atual dos recursos hídricos nos municípios de Brasileia, Plácido de Castro, Acrelândia, Porto Acre, Bujari, Rio Branco, Sena Madureira, Manoel Urbano, Jordão, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Valter

Resultados

- Obtenção de informações para compor o diagnóstico sobre a situação dos recursos hídricos para a atualização e revisão do PLERH/AC nos 13 municípios acima citados.

Publico Alvo

População dos municípios onde foram desenvolvidas as atividades, conforme descrição das ações.

Parceiras

- Agência Nacional de Águas – ANA; CEMAI/AC.

Projeto 9. Comunicação Social e Difusão da Informação para Gestão dos Recursos Hídricos

Tem por objetivo desenvolver e manter ferramentas, canais e ações de comunicação para os públicos interno e externo, de forma a garantir informações de fácil acesso e compreensão sobre as atividades executadas para implementar os instrumentos de gestão e seus respectivos resultados, o monitoramento e a conjuntura dos recursos hídricos e ser capaz de aumentar a transparência do setor, bem como o conhecimento, interesse e engajamento de toda a sociedade sobre a gestão de recursos hídricos.

Metas

- Realizar 03 palestras sobre a temática de recursos hídricos;

Ações

- Semana das Águas: Mini Curso Monitoramento Hidrometeorológico – 20 participantes (Universidades e Sociedade Civil em Geral);
- Palestra: Gestão de Recursos Hídricos (Oficinas de revisão e atualização do PLERH)
- Palestra: Gestão de Recursos Hídricos e Agroecologia; e recuperação de APP nos municípios (27 participantes- Carreta Ambiental)
- Reunião Técnica da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais: Preparação, Preservação e Resposta Futuras ao Período de Estiagem no Estado do Acre – Pré Seca Acre 2022- 63 participantes;

- Contribuição para Difusão do Conhecimento: refere-se a uma das metas do Progestão para o fornecimento das informações sobre a situação da gestão das águas do estado para subsidiar a elaboração do Relatório “Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil”, que reporta a situação dos recursos hídricos em escala nacional. As informações fornecidas foram incorporadas no Sistema de Informações Hidrológicas (HidroWeb), vinculado ao SNIRH e no Portal do monitoramento hidrológico por satélite (HidroSat). As respectivas informações foram repassadas à Agência Nacional de Águas-ANA, dentro prazo estabelecido.

Resultados

- Informações difundidas para gestores, técnicos e sociedade em geral quanto à temática de recursos hídricos no Acre, através da multiplicação de informações pertinentes ao tema e sua utilização.

Publico Alvo

Gestores e técnicos estaduais.

Parceiras

- Agência Nacional de Águas – ANA; Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN; Fundação Getúlio Vargas – FGV; Centro Universitário Uninorte.

Projeto 10. Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos

Este projeto norteia-se no Plano de capacitação estabelecido no âmbito do Progestão/ANA em parceria com a Sema, com o objetivo de qualificar e ampliar a participação técnica e social no gerenciamento dos recursos hídricos, através da oferta de cursos; fortalecer os órgãos colegiados através da capacitação dos participantes do Conselho Estadual de Meio Ambiente e Floresta- CEMAF e da Câmara Técnica de Recursos Hídricos, e oferecer cursos para gestores públicos municipais e demais responsáveis pela gestão de recursos hídricos nos municípios do estado do Acre. O Plano de Capacitação para o Sistema Estadual de Recursos Hídricos do Acre visa contribuir para o aperfeiçoamento da atuação dos gestores estaduais, ampliar e qualificar os técnicos e os representantes dos segmentos sociais envolvidos no processo de gestão dos recursos hídricos no Estado. As atividades são conduzidas pelo Núcleo de Bacias Hidrográficas.

Metas

- Capacitar os técnicos da SEMA, IMAC e Sala de situação em 07 cursos relativos ao gerenciamento dos recursos hídricos no estado do Acre;

Ações

- Capacitações em recursos hídricos na modalidade EAD no site da Agência Nacional de Água-a NA: 25 Cursos EAD/ANA realizados – 115 capacitados;
- Visita técnica ao IMASUL/MS: 02 técnicos do IMAC e 01 Técnico da SEMAPI visitaram o Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul para conhecer as funcionalidades e características técnicas do Sistema de Outorga; e formalização de um TCT com o Acre para cessão do Sistema do IMASUL.
- Visita Técnica à SEMARH/AL e a UFAL: 02 técnicos do IMAC e 01 Técnico da SEMAPI realizaram visita técnica à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Alagoas e Universidade Federal do Alagoas com a finalidade de conhecerem o Processo de Ottocodificação das Bacias Hidrográficas e o Sistema de Suporte a Decisão para Outorga desenvolvido pela UFAL, com vistas ao repasse tecnológico da metodologia para realização do processo de ottocodificação das bacias hidrográficas.
- Curso sobre Levantamento altimétrico com equipamento GNS organizado pela CPRM, em Porto Velho/RO. (01 técnico da Defesa Civil e 01 Técnico da SEMAPI)

Resultados

- Técnicos e parceiros capacitados e qualificados para um melhor gerenciamento dos recursos hídricos no estado do Acre.

Publico Alvo

Gestores e técnicos estaduais.

Parceiras

- Agência Nacional de Águas – ANA, CPRM/RO; SEMARH/AL e a UFAL; IMASUL/MS.

Projeto 11. Monitoramento da Qualidade da Água

O monitoramento da qualidade da água visa acompanhar as principais características dos corpos hídricos do estado, com o objetivo de avaliar e oferecer à sociedade informações padronizadas de qualidade das águas superficiais e gerar conhecimento para subsidiar a gestão dos recursos hídricos. O projeto prevê o monitoramento dos principais rios do estado, em 17 pontos estratégicos distribuídos nas Unidades de Gestão de Recursos Hídricos.

Metas

- Monitoramento de 9 rios do Estado do Acre, em 17 pontos, com a realização de 4 campanhas anuais.

Ações

- Campanha trimestral de medição e coleta de amostras de água superficial dos principais rios do estado

Resultados

- 9 Rios monitorados;
- 20 Pontos de coletas;
- 4 campanhas anuais

Publico Alvo

População do estado

Parceiras

- Agência Nacional de Águas – ANA/ Defesa Civil Estadual

Participação em eventos

Servidor	Evento	Modalidade	Local/Data
Ana Francisca Dias de Negreiro Silva	Reunião Técnica da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais: preparação, prevenção e respostas futuras ao período de estiagem no Estado do Acre – Pré Seca Acre 2022	Ouvinte	Rio Branco, 20 de junho de 2022
Ana Francisca Dias de Negreiro Silva	XIV ENAU - Encontro Nacional de Águas Urbanas e IV SRRU - Simpósio de Revitalização de Rios Urbanos	Ouvinte	19 a 23 de Setembro de 2022, em Brasília - DF

Capacitação recebida

Servidor	Capacitação	Instituição Promotora	Local/Data
Ana Francisca Dias de Negreiro Silva	EAD/Gestão de Conflitos pela Água	Agência Nacional de Águas - ANA	Rio Branco, 13 de abril a 8 de maio de 2022

Projeto 12. Monitoramento Hidrometeorológico

Desde os eventos ambientais adversos ocorridos no ano de 2005, como a seca que atingiu várias cidades acreanas, tem havido uma crescente preocupação das instituições públicas quanto ao monitoramento de eventos climáticos adversos no Estado do Acre. Neste sentido, com apoio de organismos internacionais e do governo federal, foi implantada no Acre uma rede de monitoramento hidrometeorológico, atualmente composta por 21 estações hidro meteorológicas e 4 estações meteorológicas, instaladas em pontos estratégicos das principais bacias hidrográficas do estado e medem em tempo real parâmetros como nível dos rios, precipitação (chuvas), temperatura e umidade relativa do ar. As informações coletadas a partir dessa rede de estações hidrometeorológicas permitem o monitoramento em tempo real das chuvas e do nível dos rios e parâmetros climáticos, possibilitando o planejamento e a execução de ações de prevenção e a preparação para redução dos riscos ambientais no estado do Acre. No ano de 2022 foram realizadas diversas campanhas de manutenção preventiva e corretiva nas estações telemétricas localizadas nas bacias dos rios Juruá e Purus, abrangendo todo o território acreano. Realizando em média 14 campanhas anuais. O objetivo do projeto é gerar dados para subsidiar a elaboração dos boletins diários com informações hidrometeorológicas, fornecer dados para as Redes de Monitoramento Nacional e Estadual e gerar informações de alertas sobre eventos extremos (secas e inundações). A manutenção das estações envolve a substituição de sensores de pressão, correção de cotas de nível dos rios, limpeza do pluviômetro e painel solar, posicionamento da antena satelital e substituição de bateria.

A Semapi é a Gestora da rede de monitoramento hidrometeorológica do Acre. Os custos com a manutenção da rede são custeados com recursos do Progestão/ANA. A manutenção da Rede está sob a responsabilidade da Coordenação de Proteção e Defesa Civil do Estado e envolve a substituição de sensores de pressão, correção de cotas, limpeza de pluviômetros, posicionamento de antenas de emissão e captação de dados, monitoramento da qualidade da água, além da instrução para bombeiros e parceiros das institucionais afins.

Metas

- Manter as 21 estações hidrometeorológicas e 4 plataformas meteorológicas em funcionamento, com transmissão de dados acima de 80%.

Ações

- Manutenção corretiva das estações hidrometeorológicas e meteorológicas do estado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e fornecimento de alertas quando da ocorrência de eventos extremos realizadas.

Resultados

- 21 estações em pleno funcionamento;
- 4 plataformas em pleno funcionamento;
- Transmissão de dados acima de 80%.

Publico Alvo

Gestores, Técnicos e sociedade em geral.

Parceiras

Agência Nacional de Águas – ANA; Serviço de Proteção da Amazônia – SIPAM; Serviço Geológico do Brasil – CPRM/PV; Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil.

5.5 DEPARTAMENTO DE SILVICULTURA

O Departamento de Silvicultura é um setor descentralizado da Semapi que compreende três unidades de produção de mudas de espécies florestais e frutíferas. O Viveiro da Floresta, a Biofábrica de mudas micropropagadas e o Viveiro da Ugai do Rio Liberdade. Neste sentido, o Departamento de Silvicultura possui uma importância estratégica fundamental para o fomento à recomposição florestal de áreas alteradas e degradadas, ao reflorestamento, aos

sistemas agroflorestais, à cadeia de fruticultura, à arborização urbana e à manutenção da cobertura florestal do Estado do Acre, através da produção de mudas de espécies florestais nativas e frutíferas.

O art. 15º da Lei nº. 3.349/2017, estabelece que “fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivos e apoio para a regularização ambiental de imóveis rurais”, em especial:

I – Prestar assistência técnica rural para apoiar a regularização ambiental de pequenas propriedades ou posses rurais familiares.

II – Combinar, sempre que possível, a recomposição florestal com cadeias produtivas agroflorestais;

Projeto 13. Silvicultura

Atualmente o Departamento de silvicultura opera com recursos do Banco Mundial, por meio do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia - PSAM, com um aporte de **R\$ 1.888.480,98**, para custeio de 18 meses de mão-de-obra, dos quais 7 já foram executados e **R\$ 598.719,16** para reforma do galpão de armazenamento, que já fora finalizado e entregue, ambos relativos ao POA 2. Para o POA 3, que tem vigência de julho de 2022 a julho de 2023, há disponibilidade de **R\$ 674.595,52** para custeio de obras, insumos, equipamentos, ferramentas, eletrodomésticos, dentre outros. Parte das especificações técnicas já foram entregues e outra parte está para ser concluída.

Metas

- Produzir 750 mil mudas para subsidiar o PRA/AC;

Ações

- Produção de mudas de espécies florestais e frutíferas para atender exclusivamente o Programa de Regularização Ambiental – PRA Acre. A ferramenta utilizada para compor a quantidade e as espécies a serem produzidas foi o catálogo de SAFs, instrumento norteador tanto para o PRA quanto para o Departamento de Silvicultura, facilitando na gestão e planejamento da produção de mudas.

Resultados

- 183 mil mudas produzidas até outubro de 2022;
- Demais em processo de produção e quantificação

Público beneficiado

Além do Programa de Regularização Ambiental, Sociedade Civil em geral, produtores rurais, órgãos estaduais, municipais e federais também são beneficiados com a produção de mudas do Viveiro da Floresta. No ano de 2022 já foram expedidas mais de 270 mil mudas para atender estas demandas.

10. Divisão de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis

A Divisão de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis busca promover a participação, sensibilização e capacitação das comunidades e das instituições públicas em relação aos temas da área ambiental, bem como a elaboração de agendas ambientais positivas para o serviço público. Também é responsável pela elaboração de instrumentos de gestão da Política Educação Ambiental, de forma a contribuir com o atendimento da legislação ambiental vigente, a adoção de práticas sustentáveis de produção, consumo e modos de vida, visando garantir a sustentabilidade ambiental e econômica no estado. A DEAPS é composta por três núcleos: Educação Ambiental, Arborização Urbana e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, atualmente conta com um corpo técnico formado por seis técnicos.

5.6 Divisão de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis

PROJETO 14: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

O projeto tem como objetivo promover ações para a sensibilização da população acreana quanto à necessidade de adotar novos padrões de produção e consumo conciliados com a capacidade de suporte do meio ambiente, por meio de capacitação de técnicos, estudantes, professores e comunitários em boas práticas ambientais, além da difusão da temática ambiental. O Projeto deve dar o suporte necessário aos diferentes setores de produção e desenvolvimento do Estado, no sentido de apoiar a construção de valores, conhecimentos, participação responsável e eficaz na solução dos problemas ambientais e na gestão da qualidade do meio ambiente.

METAS:

- Revisar, validar e publicar um Plano Estadual de Educação Ambiental;
- Promover 03 eventos de Educação Ambiental.

AÇÕES:

- Produção dos roteiros temáticos na área de Educação ambiental sobre água, resíduos sólidos, queimadas e desmatamento ilegais e produção agroflorestal, para as peças de teatrais de sensibilização;
- Realização da Semana do Meio Ambiente através de palestras de sensibilização com grupos escolares, usando as ferramentas dos jogos ambientais, fantoches e flanelógrafos.
- Atividade de Educação Ambiental em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Rio Branco e o grupo de escoteiros, com o objetivo de comemorar o dia da Amazônia. A ação ocorreu no Parque Chico Mendes e contou com diversas atividades lúdicas como musicais, fantoches, jogos ambientais, distribuições de mudas, teatro e diversas outras atrações.
- Participação da Educação Ambiental na Exposição Agropecuária do Estado do Acre – Expoacre, com ações de Educação Ambiental e divulgação de práticas sustentáveis. A atividade contou com a parceria do IBAMA e dos Escoteiros Mirins.

RESULTADOS:

- 60 crianças sensibilizadas na semana do Meio Ambiente sobre temáticas ambientais diversas e contribuindo com o plantio de mudas.
- Mais de 500 pessoas visitaram o Parque Chico Mendes na ação do dia da Amazônia, onde receberam orientações na temática Ambiental.
- Aproximadamente 300.000 pessoas visitaram o Parque de Exposição no ano de 2022, sendo que a maior parte delas visitaram o espaço da Secretaria de Meio Ambiente, recebendo as orientações na temática ambiental.

PÚBLICO BENEFICIADO:

Sociedade em geral.

PARCERIAS:

Viveiro da Floresta, Prefeitura de Rio Branco, IBAMA, Escoteiro Mirim.

JUSTIFICATIVA DE ATIVIDADES NÃO REALIZADAS

Todas as ações previstas foram realizadas.

PROJETO 15: ARBORIZAÇÃO URBANA

O Núcleo de Arborização Urbana tem como objetivo orientar a população quanto a importância da arborização urbana, fazer a distribuição de mudas para plantio em escolas, vias públicas, praças e residências dos municípios, além de finalizar a elaboração do Manual de Arborização Urbana.

METAS:

- Sensibilização ambiental por meio de palestras voltadas aos temas da Educação Ambiental.
- Participação em eventos ligados a temas ambientais e ações de plantio de mudas em ambiente urbano.
- Atender demandas e convites externos a SEMAPI, relativos a eventos ambientais.
- Elaboração de propostas para captação de recursos.
- Revisão da proposta do Manual de Arborização Urbana do Estado do Acre com apoio do GT interinstitucional.

RESULTADOS:

- 500 crianças, adolescentes e jovens, sensibilizados com palestras de Educação Ambiental.
- 2000 mil mudas distribuídas e plantadas durante eventos ligados ao meio ambiente.

PÚBLICO BENEFICIADO:

Comunidades rurais e sociedade em geral.

PARCERIAS:

Viveiro da Floresta, Corpo de bombeiros do Acre, Semeia.

PROJETO 16: PLANO ESTADUAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PEGIRS

O Programa tem como objetivo promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos.

METAS:

- Revisar e atualizar o Plano Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos – PEGIRS.
- Elaborar o diagnóstico municipal da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos 22 municípios do Acre;

AÇÕES:

- Formação e oficialização do Grupo de Trabalho para revisar o Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Revisão do Plano de Ação para revisão do PEGIRS.
- Aplicação de 03 (três) diagnósticos com o objetivo identificar a situação atual da gestão de Resíduos nos municípios de Porto Walter, Acrelândia e Epitaciolândia.

RESULTADOS:

- 03 (três) palestras de sensibilização para a aplicação do diagnóstico municipal para revisão do PEGIRS;
- 01 Plano de Ação revisado para o processo de revisão do PEGIRS;
- Diagnóstico Municipal da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos aplicados em 03 (três) municípios.

PROJETO 17: PLANO DE CONTROLE DA POLUIÇÃO VEICULAR DO ESTADO DO ACRE - PCPV

O Plano de Controle da Poluição Veicular do Estado do Acre - PCPV foi elaborado sob a coordenação do Núcleo de Qualidade Ambiental da Semapi, com o objetivo de promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão da qualidade ambiental.

O Plano de controle da poluição veicular (PCPV) se destaca como a consolidação de um trabalho intenso que visa estabelecer regramentos na busca de frear o avanço das emissões de poluentes por veículos automotores. O documento do PCPV compartilha a atual situação da poluição atmosférica

advinda de fontes móveis, biomassa (queimadas) e os efeitos na saúde da população acreana.

METAS:

- Atualizar, aprovar e publicar o Plano de Controle da Poluição Veicular do Estado do Acre (PCPV).

AÇÕES:

- Formação e oficialização do Grupo de Trabalho com um corpo técnico especializado para revisar o Plano de Controle da Poluição Veicular, com a indicação dos membros (titular e suplente) pelas instituições - RBTrans, Detran, Ufac, Ifac, Ibama, Ipem, Sesacre, Imac, IMC e Embrapa e publicação da Portaria;
- Realização de três reuniões de trabalho online de revisão do documento.

RESULTADOS:

O Plano de Controle da Poluição Veicular - PCPV revisado e diagramado.

PARCERIAS:

RBTrans, Detran, Ufac, Ifac, Ibama, Ipem, Sesacre, Imac, IMC e Embrapa.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

SERVIDOR	EVENTO	MODALIDADE	LOCAL/DATA
Esmília Medeiros	Palestra Produtos e Serviços do Acre que Promovem a Sustentabilidade Econômica e a Conservação da Biodiversidade"	online	SEPLAG 08/06/22
Esmília Medeiros	Palestra de Educação e Cidadania Ambiental	online	Secretaria de Biodiversidade do MMA. 20/05/22
Esmília Medeiros	Reunião GT EDUCAR + VERDE	online	ABEMA e MMA 06/05/22
Esmília Medeiros	Arborização Urbana e Acessibilidade	Live online	Instituto de Engenharia do Paraná, Curitiba, PR 31/03/22
Esmília Medeiros	Plano de Gestão Municipal de Arborização Urbana: Instrumento de Inclusão Social	virtual ao vivo (tele presencial)	Ciclo ILP + IPT 2022 de Ciência, Tecnologia e Inovação em Políticas Públicas Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 15/03/22
Esmília Medeiros	I Simpósio de Ciências Ambientais - UFAC	Canal no YouTube	UFAC 15 a 18/03/22
Esmília Medeiros	II Fórum Internacional de Avaliação de Riscos em Árvores.	Even tele presencial	Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. 08 a 11/03/22

CAPACITAÇÃO RECEBIDA

SERVIDOR	CAPACITAÇÃO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	LOCAL/DATA
Esmília Medeiros	Pós graduação em Agricultura Familiar	IFAC	IFAC Baixada da Sobral. 2022
Daniele Castro	Gerenciamento de Resíduos.	On Line	Sympla Streaming 25 a 27 de abr 2022 08:30 - 12:30
Daniele Castro	Capacitação Governança ambiental, social e corporativa	On Line	SEBRAE- Reunião do Microsoft Teams. 28 a 29 de nov. 2022 08:00 às 12:00
Daniele Castro	Redesim – Compras Sustentáveis.	On Line	SEBRAE - Reunião do Microsoft Teams. 24 a 28 de out. de 2022 Das 08:00 as 12:00 e das 13:00 às 16:00

CAPACITAÇÕES OFERTADAS

SERVIDOR	EVENTO	PÚBLICO ALVO	MODALIDADE	LOCAL/DATA
Esmília Medeiros	Oficina Responsabilidade Social e Ambiental no Agronegócio do Curso Técnico em Agronegócio SENAR.	Estudantes	Presencial	10 a 13/06/2022

11. Divisão de Gestão Territorial e Ambiental

Conforme Art. 1º do Decreto no. 3.899, de 29 de agosto de 2019, que estabelece a estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Sema, a Divisão de Gestão Ambiental e Territorial – DGAT está vinculada ao Departamento de Meio Ambiente e Floresta e Diretoria Executiva, composta por três Núcleos:

- Zoneamento Ecológico-Econômico – NuZEE;
- Etnozoneamento – NuETNO;

- Desenvolvimento Rural Comunitário – NuDRC.

Dentre as atribuições do DGAT destacam-se: o planejamento e a orientação de políticas públicas para subsidiar a gestão ambiental e territorial do Estado no âmbito dos instrumentos de gestão (ZEE, PGTI, PDC e PPCDQ).

A atribuição do Núcleo de Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE é contribuir para a atualização do ZEE-AC, sua difusão, monitoramento, avaliação, bem como a consolidação dos estudos temáticos de forma a subsidiar o planejamento de ações voltadas para o uso adequado dos recursos naturais no processo de desenvolvimento sustentável do Acre.

É atribuição do Núcleo de Etnozoneamento apoiar o zoneamento nas Terras Indígenas do Acre, elaborar e acompanhar os Planos de Gestão Territorial Indígenas, bem como, através de parcerias, subsidiar a implementação dos mesmos, tendo por finalidade a promoção de uma melhor gestão dos territórios indígenas.

O Núcleo do Desenvolvimento Comunitário tem por atribuição a elaboração, o monitoramento e o apoio à implementação dos Planos de Desenvolvimento Comunitário e Projetos de Incremento à Produção Comunitária - IPC, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais, com inclusão econômica, social e ambiente.

O Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Acre – PPCDQ/AC é alinhado com as diretrizes que norteiam os estados que compõem a Amazônia Legal no qual pretende-se avançar com a meta de redução das taxas de desmatamento e queimadas no Acre estabelecidas pelo Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e teve por base a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal.

PROJETO 18. ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO – ZEE/FASE III

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre - ZEE/AC é fundamental para a demarcação das zonas econômicas e ambientais do território acreano, visando garantir o desenvolvimento sustentável do Estado, em consonância com a Lei Nacional de Florestas. O objetivo do Projeto Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, Fase III é estruturar um modelo de gestão ambiental integrado, que contemple os recursos naturais, a socioeconômica e os aspectos da cultural e da política, bem como o desenvolvimento econômico do Estado.

METAS

- Ter 01 mapa de subsídio à gestão territorial aprovado;
- Ter 01 Resumo executivo elaborado;
- Ter 01 Minuta de Lei do ZEE submetida a ALEAC.

AÇÕES

- Revisão do Mapa de Subsídio à Gestão Territorial e Ambiental e do Resumo Executivo do ZEE/Acre, Fase III
- Por meio de videoconferência, foi realizada uma reunião com a Comissão Executiva do ZEE – CEZEE para apresentação e aprovação do Mapa de Subsídio à Gestão Territorial e Ambiental do ZEE/Acre, Fase III.

RESULTADOS:

Mapa de Subsídio à Gestão Territorial e Ambiental avaliado e aprovado pela CEZEE e Resumo Executivo do ZEE avaliado.

PÚBLICO BENEFICIADO:

Toda a população acreana.

PARCERIAS:

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

JUSTIFICATIVA DE ATIVIDADES NÃO REALIZADAS

A minuta da Lei do ZEE, conforme previsto nas metas, a mesma está passando pelos últimos ajustes.

PROJETO 19. PLANO DE GESTÃO EM TERRAS INDÍGENAS – PGTIS

O projeto visa, através do Etnozoneamento, elaborar os Planos de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PGTIs) de forma a subsidiar os indígenas na gestão efetiva de seus territórios e facilitar acesso aos serviços públicos básicos e a segurança alimentar. O Etnozoneamento é um instrumento de diagnóstico e planejamento dos povos indígenas para a gestão dos seus territórios, sendo elaborado de forma participativa, com o intuito de garantir a autonomia indígena. Esse instrumento procura considerar as especificidades de cada povo indígena, respeitando a diversidade cultural. Os Planos de Gestão em Terras Indígenas decorrem desta noção de gestão contida no diagnóstico e se configuram como documentos onde estão registrados formalmente os acordos internos sobre os usos e exploração econômica dos recursos naturais, as ações necessárias para alcançar os objetivos e o conjunto de demandas básicas de cidadania, cuja meta é garantir o uso sustentável da terra. Resultam dessa prática as cartas de intenções e os acordos coletivos sobre o uso dos recursos naturais, visando o planejamento e a normatização do uso do território.

METAS

- Implementação de 26 Subprojetos PGTIs – Entrega de materiais/equipamentos.
- Apoio em 21 PGTIs, nas áreas de produção sustentável, fortalecimento do protagonismo de mulheres indígena, fortalecimento de associações indígena;
- 8 manifestações culturais (festivais) indígenas;
- Formação de 30 agentes agroflorestais indígenas;
- Remuneração de 145 agentes agroflorestais indígenas.

AÇÕES

Durante o ano de 2022 foram realizadas as ações, conforme a seguir indicado:

- Elaboração de relatórios de fechamento das ações indígenas no Âmbito do PROSER;
- Organização dos processos administrativos no Âmbito do PROSER;

- Entrega de implementos aos subprojetos indígenas;
- Elaboração de Pareceres Técnicos dos Editais REM-KFW, 001-2018 (Apoio a Implementação de PGTIs) e 001-2019 (Festivais Indígenas);
- Articulação junto às Associações Indígenas para sanar as pendências dos projetos REM-KFW, tais como certidões, declarações, planos de trabalho e outros documentos comprobatórios;
- Articulação junto às prefeituras municipais e instituições para apoio na logística de entrega dos PGTIs;
- Elaboração de novos projetos para captação de recursos financeiros;
- Participação na construção do Plano de Trabalho para a formalização do ACT entre o governo do Acre e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

RESULTADOS:

- Implementação de 26 Subprojetos PGTIs – Entrega de materiais/equipamentos.
- Apoio em 17 PGTIs, nas áreas de produção sustentável, fortalecimento do protagonismo de mulheres indígena, fortalecimento de associações indígena;
- 8 manifestações culturais (festivais) indígenas;
- Formação de 30 agentes agroflorestais indígenas;
- Remuneração de 145 agentes agroflorestais indígenas.

PÚBLICO BENEFICIADO:

Populações indígenas do Estado do Acre.

PARCERIAS:

ONG Comissão Pro-Índio do Acre, Associação dos Agentes Agroflorestais; Indígenas-AMAAIAC, Fundação Nacional do Índio –FUNAI e Secretaria Especial de Saúde Indígena-SESAI.

JUSTIFICATIVA DE ATIVIDADES NÃO REALIZADAS

Algumas atividades previstas não foram executadas em 2022, devido ao encerramento Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre – PROSER, no qual o programa contemplava maior volume financeiro para a execução das ações. No entanto, avançamos nas atividades internas, principalmente na elaboração de relatórios e na organização de processos. Também demos início as articulações com as prefeituras municipais para apoio logístico na implementação dos PGTIs e nas tratativas de elaboração de um ACT entre a FUNAI e o governo do estado.

PROJETO 20. DESENVOLVIMENTO RURAL COMUNITÁRIO

O presente projeto está ancorado no Programa Negócios Sustentáveis, visando o desenvolvimento da economia florestal, através de uma série de ações voltadas para a melhoria do setor, tais como: Projeto de Desenvolvimento Comunitário - PDC, construção e retificação de Ramais, Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, piscicultura e energia alternativa, previstas no Projeto Mais Floresta. Uma das ações do Projeto Mais Floresta é o fortalecimento socioeconômico e ambiental de comunidades rurais através dos Planos de Desenvolvimento.

Os Projetos de Desenvolvimento Comunitário - PDCs e os Projeto de Incremento à Produtividade Comunitária - IPCs se complementam e têm como objetivo estratégico proporcionar maior inserção das comunidades rurais no desenvolvimento regional, fomentando políticas públicas estaduais que garantam a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade socioambiental e econômica dessas comunidades. Juntos estes dois instrumentos orientados para a inclusão social e a vocação econômica de cada comunidade, permitirão a implementação de ações para a melhoria nas condições de vida das comunidades com serviços básicos nas áreas de saúde, educação, saneamento, cidadania e assistência social; o fortalecimento comunitário como estratégia de desenvolvimento econômico sustentável e a produção sustentável com foco na floresta e na recuperação de áreas alteradas, integrando as cadeias produtivas da agricultura familiar nos municípios de Brasileia, Xapuri, Capixaba, Senador Guiomard, Bujari, Plácido de Castro e Marechal Thaumaturgo, (Quadro 2).

Quadro 2: Projeto de Incremento à Produtividade Comunitária – IPC

Comunidades dos IPC	Municípios	Número aproximado de famílias envolvidas	Cadeia produtiva principal
Associação dos Produtores do Polo Agroflorestal da Estrada da Borracha – Aspaeb	Xapuri	40	Casa de farinha
Comunidade Horta Nativa	Capixaba	38	Horticultura
Cooperativa Agroextrativista da Amazônia – Coopeam	Senador Guiomard	40	Fruticultura
Cooperativa de Produção e Comercialização de Produtos	Bujari	36	Horticultura
Agroextrativistas da Vila Campinas do Município de Plácido de Castro – Cooperaçaf	Plácido de Castro	15	Fruticultura
Associação dos moradores e produtores rurais do PDS Porto Carlos Fronteira	Brasileia	30	Casa de Farinha
Comunidade Vila Triunfo	Marechal Thaumaturgo	110	Feijão e farinha

METAS

- 07 comunidades beneficiadas com IPCs.

AÇÕES

- Implementação de 5 planos de negócios;
- Organização dos processos administrativos no Âmbito do PROSER;

- Monitoramento dos materiais/equipamentos;
- Articulação junto às Associações para sanar as pendências dos projetos tais como atas, estatutos, certidões, e outros documentos.

RESULTADOS:

- 05 comunidades beneficiadas com IPCs.

PÚBLICO BENEFICIADO:

Comunidades Rurais do Estado do Acre.

JUSTIFICATIVA DE ATIVIDADES NÃO REALIZADAS

Algumas atividades previstas não foram executadas em 2022, devido ao encerramento Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre – PROSER, no qual o programa contemplava maior volume financeiro para a execução das ações. No entanto, avançamos nas atividades internas, principalmente na elaboração de relatórios e na organização de processos. Também demos início as articulações com as prefeituras municipais para apoio logístico na implementação dos IPCs.

PROJETO 21. PLANO DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E QUEIMADAS DO ACRE – PPCDQ/AC

Em 2004 o Governo Federal iniciou a implementação do Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAM, que tem como objetivo principal a redução substancial da taxa de desmatamento. Diante do desafio de se manter a tendência de queda do desmatamento na Amazônia nos últimos anos, iniciou-se a elaboração dos Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento. A concepção do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Acre - PPCDQ/AC deu-se a partir do PPCDAM e teve por base a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal.

O PPCDQ/AC tem por objetivo integrar os planos, programas e ações estratégicas do Governo estadual com os esforços das esferas municipal e federal, para o fortalecimento dos instrumentos de prevenção e controle do desmatamento e degradação florestal.

O Plano está organizado em três eixos: 1) Ordenamento Territorial e Fundiário; 2) Incentivo Econômico às atividades produtivas sustentáveis; e 3) Monitoramento, Comando e Controle Ambiental, Gestão e Governança. Desta maneira, o plano visa consolidar a gestão ambiental compartilhada, para superar os diferentes fatores e vetores que contribuem para fomentar o desmatamento e as queimadas ilegais no estado.

METAS

- Revisão do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Acre – PPCDQ
- Atualização do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Acre – PPCDQ.

AÇÕES

- Oficina participativa para aplicação de ferramentas para gestão, execução e monitoramento do PPCDQ-AC. Serão aplicadas ferramentas de construção e monitoramento de acordo com o Guia de referência para gestão de planos de prevenção e combate ao desmatamento e queimadas. Data: 12 a 16 de setembro de 2022.
- Oficina participativa para aplicação de ferramentas para gestão, execução e monitoramento do PPCDQ-AC, com foco na construção do Quadro Lógico, considerando a definição dos indicadores e riscos pelos resultados estabelecidos no plano. Data: 24 a 26 de outubro de 2022.
- Oficina participativa para aplicação de ferramentas para gestão, execução e monitoramento do PPCDQ-AC, com foco na construção do Plano de Monitoramento, considerando o detalhamento dos indicadores estabelecidos no plano e a análise de capacidade dos atores-chaves. Data: 06 a 08 de dezembro de 2022.

RESULTADOS:

- Revisado o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Acre – PPCDQ

PÚBLICO BENEFICIADO:

Toda a população acreana.

PARCERIAS:

UCP/REM/SEPLAG, GIZ, Emboé, Consultoria Internacional para a implementação do Programa REM Acre - Fase II.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o ano de 2022 a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas - Semapi planejou com a equipe técnica e administrativa as ações previstas no âmbito dos projetos de operação de aos projetos relativos aos contratos de concessão de colaboração financeira não reembolsáveis (PSAM/MMA, REM/KfW, PROGESTÃO e ARPA/FUNBIO), a fim de alcançar as metas estabelecidas junto aos parceiros, apesar da pandemia.

Vale destacar ainda que, na vigência de 2022 a instituição não contou com o aporte dos PDSA II e PROSER, ambos os programas tiveram seu encerramento em 2021, sendo nos meses de novembro e dezembro respectivamente.

Contudo as ações foram continuadas com os programas em vigência, já citados, bem como parcerias com demais instituições públicas, como SEPLAG, SEPA, SEICT, FUNTAC e UFAC, assim como o importante apoio dado pela GIZ.

Dentre os avanços alcançados em 2021, destacaram-se:

- Avanço do PRA, apoiado pela ASL;

- Ações de Comando e Controle, no enfrentamento dos ilícitos ambientais e ambientais para redução da taxa de desmatamento e atendimento as meta do Programa REM;
- Retomada das oficinas para revisão do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Acre (PPCDQ/AC);
- Aprovação de resoluções junto ao conselho que apoiam o desenvolvimento da cadeia produtiva do estado e gerenciamento dos resíduos sólidos;
- Publicação da atualização do Plano de Gestão da Apa do Amapá; dentre outras.

Eng. Florestal Quelyson Souza de Lima
Diretor Executivo
Portaria n°. 237/2022

ANEXO 1. Registro fotográfico

[Registros Fotográficos das Atividades/Ações dos Departamentos, Divisões e Núcleos da SEMAPI - 2022](#)



Documento assinado eletronicamente por **PAOLA FERNANDA DANIEL, Secretária de Estado**, em 29/12/2022, às 10:20, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **QUELYSON SOUZA DE LIMA, Coordenador Técnico**, em 11/01/2023, às 07:53, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5773885** e o código CRC **188EE87C**.